



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Mariana Teodoro Fernandes

Minimalismo Semântico e Polissemia

**Campinas
2022**

Mariana Teodoro Fernandes

Minimalismo Semântico e Polissemia

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos exigidos para a
obtenção do título de Mestra em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Caron Ruffino

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA MARIANA
TEODORO FERNANDES, E ORIENTADA
PELO PROF. DR. MARCO ANTONIO
CARON RUFFINO.

Campinas
2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

F391m Fernandes, Mariana Teodoro, 1997-
Minimalismo semântico e polissemia / Mariana Teodoro Fernandes. –
Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Marco Antonio Caron Ruffino.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Minimalismo. 2. Semântica (Filosofia). 3. Polissemia. 4. Contextualismo
(Filosofia). I. Ruffino, Marco, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Semantic minimalism and polysemy

Palavras-chave em inglês:

Minimalism

Semantics (Philosophy)

Polysemy

Contextualism (Philosophy)

Área de concentração: Filosofia

Titulação: Mestra em Filosofia

Banca examinadora:

Marco Antonio Caron Ruffino [Orientador]

Eduarda Calado Barbosa Abath

Filipe Martone de Faria

Data de defesa: 18-11-2022

Programa de Pós-Graduação: Filosofia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9930-4052>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7334356837512319>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 18 de novembro de 2022, considerou a candidata Mariana Teodoro Fernandes aprovada.

Prof. Dr. Marco Antonio Caron Ruffino

Profª. Dra. Eduarda Calado Barbosa Abath

Prof. Dr. Filipe Martone de Faria

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) por meio do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) – Código de Financiamento 001”.

Agradeço ao meu orientador Ruffino que sempre teve sensibilidade para lidar com as minhas questões, as pessoais que acabavam afetando minha produtividade e as filosóficas. Obrigada por ter acreditado que eu podia realizar este trabalho, professor.

Agradeço ao Filipe Martone por ter me concedido quase uma coorientação, desde a ajuda na escolha do tema desta dissertação, passando pela tentativa conjunta de entender os estudos empíricos, pela qualificação até chegar à defesa.

Agradeço à Eduarda Calado pela atenção e comentários minuciosos na qualificação que deixaram essa dissertação mais ampla e mais rica. Obrigada pelo interesse e incentivo desde o evento do GEMF em 2020.

Agradeço aos professores que contribuíram para minha formação neste período do mestrado, em especial, à professora Nara Figueiredo e ao professor Marcelo Coniglio.

Agradeço aos estudantes de graduação da disciplina *HG845A Tópicos Especiais de História da Filosofia Contemporânea VII* (2020) que me permitiram participar, como monitora, de uma pequena parte de sua formação. Observando a execução e o aperfeiçoamento dos trabalhos de vocês ao longo daquele semestre eu tive certeza de que queria ser professora.

Agradeço ao Maruchi que esteve diariamente me incentivando, seja nas nossas horas da escrita falando “bó, uma palavra atrás da outra”, seja não me deixando desanimar contando as trajetórias cheias de intempéries de filósofos que hoje são fundamentais para nossa área. Sem sua preocupação e cuidado teria sido muito mais árduo.

Agradeço ao Sócrates e ao Maruchi pela leitura atenta e comentários ao texto. Além disso, agradeço novamente ao Sócrates e ao Maruchi, aos meus amigos Alex, Daniel Diniz, Gabriel Eugênio, João, Mahan, Rafael, Renato e Sofia pela companhia e por todas as discussões acaloradas sobre *qualquer* tema que fizeram com que eu aprendesse a argumentar em voz alta.

Agradeço às minhas amigas Livia, Ingrid, Thainara, Janina e Bianca, cada uma com o seus jeitos, estudos e profissões me inspira a me dedicar aos meus interesses. Obrigada pela companhia, menos frequente do que gostaríamos, mas que só de saber que posso contar já me sinto reconfortada.

Por fim, especialmente, agradeço à minha família pelo carinho, preocupação e incentivo. O amor de vocês torna a minha vida uma vida boa de ser vivida e, assim, é claro, meus objetivos de carreira também ficam mais fáceis de serem alcançados.

*Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida*

“Maria, Maria” — Fernando Brant e Milton Nascimento

Resumo

Apresentarei nesta dissertação duas teorias que delimitam de formas diferentes a intrusão contextual no conteúdo semântico de uma sentença: *minimalismo semântico* e o *contextualismo*. Logo após, apresentarei um fenômeno lexical chamado *polissemia*. Veremos uma possível forma de dividir os casos deste fenômeno: polissemia regular/lógica e polissemia irregular/acidental. Veremos também algumas hipóteses sobre as possíveis relações entre os diferentes sentidos das palavras polissêmicas. Seguirei esse caminho motivada pelo argumento de Recanati (2017, 2019) que sugere que a mera existência de palavras polissêmicas na nossa comunicação torna o minimalismo semântico uma teoria inviável e faz do contextualismo um teoria mais próxima de descrever o funcionamento da linguagem. Ao longo de toda a dissertação, e principalmente no capítulo final, tenho como objetivo argumentar que (i) o minimalismo semântico tem capacidade de acomodar palavras polissêmicas em sua teoria e que (ii) o contextualismo só se aproxima de ter uma vantagem explicativa em relação ao minimalismo neste tópico se aceitarmos apenas uma visão específica sobre a relação entre os sentidos de uma palavra polissêmica.

Palavras Chave: Minimalismo; Semântica (Filosofia); Polissemia; Contextualismo (Filosofia);

Abstract

I will present in this dissertation two theories that delimit in different ways the contextual intrusion in the semantic content of a sentence: *semantic minimalism* and *contextualism*. After that, I will introduce a certain type of lexical event called *polysemy*. We will see a possible way to divide the cases of this type of event: regular/logical polysemy and irregular/accidental polysemy. I will present the ways we can see the relations of the different senses of polysemic words. I will follow this path motivated by Recanati's (2017, 2019) argument that suggests that the mere existence of polysemic words in our communication makes semantic minimalism an unworkable theory and makes contextualism a theory closer to describing how language works. Throughout the dissertation, and especially in the final chapter, I aim to argue that (i) semantic minimalism has the capacity to accommodate polysemous words in its theory and that (ii) contextualism only comes close to having an explanatory advantage over minimalism on this topic if we accept only one specific view on the relations between the senses of a polysemous word.

Key words: Minimalism; Semantics (Philosophy); Polysemy; Contextualism (Philosophy).

SUMÁRIO

Introdução, p. 11

1 Minimalismo Semântico, p. 16

2 Contextualismo, p. 32

3 Polissemia, p. 43

4 Minimalismo, Contextualismo e Polissemia, p. 55

Conclusão, p. 66

Bibliografia, p. 69

Bibliografia Primária, p. 69

Bibliografia Secundária, p. 70

Introdução

Precisamos consultar as intenções do falante para podermos avaliar se uma sentença enunciada por ele é verdadeira ou falsa? Se sim, entramos em um terreno complexo onde é difícil determinar até que ponto esta consulta ao falante deve ser feita. Por outro lado, se pudermos determinar este valor sem a necessidade de consultar estas intenções, obtemos um conteúdo semântico fixo em todos os contextos e com ele enormes vantagens teóricas. No entanto, não sem antes encarar alguns problemas relevantes: este conteúdo semântico não é muito mínimo e, portanto, sem utilidade? Como é possível avaliar como verdadeira ou falsa uma sentença que contém palavras com mais de um sentido? Ou, mais especificamente, existe alguma maneira de fazer isso sem recorrer a informações contextuais?

Nesta dissertação apresentarei duas posições diferentes em relação ao debate sobre quanta informação contextual podemos aceitar no conteúdo semântico de maneira que seja possível julgá-lo como verdadeiro ou falso, são elas: minimalismo semântico e contextualismo. Focarei em apresentar como a existência das palavras com mais de um sentido parece ser um ponto que inviabiliza o minimalismo e, principalmente, como o minimalismo pode ser defendido desta acusação.

De acordo com Emma Borg (2012), o minimalismo pode ser definido em função de quatro características relativas ao conteúdo semântico de uma sentença bem formada. Estas são: (I) este conteúdo pode ser avaliado como verdadeiro ou falso; (II) é determinado apenas por sua estrutura sintática e conteúdo lexical; (III) tem apenas um número limitado de expressões sensíveis ao contexto; e (IV) pode ser compreendido sem que precisemos ter acesso às intenções do falante. A partir desta formulação é mais fácil entender o principal problema abordado nesta dissertação: existem fenômenos em nossa linguagem natural, como a polissemia, em que para a mesma palavra atribuímos mais de um sentido, estes sentidos

estão relacionados e, à primeira vista, parece que decidimos entre eles a partir de informações do contexto de uso. Como o significado das sentenças depende do significado das palavras e o minimalismo admite apenas algumas limitadas informações contextuais no conteúdo semântico, o objetivo desta dissertação é entender como palavras polissêmicas podem ser acomodadas pelo minimalismo semântico e se isto pode ser feito sem que ele perca suas características fundamentais.

O que parece ser um problema fundamental para o minimalismo, por outro lado, parece ser um grande ponto a favor do contextualismo. Esta posição defende a existência de um processo contextual chamado *modulação*, no qual os sentidos das palavras podem ser estendidos e/ou reduzidos. Desta forma, o contextualismo supostamente lidaria melhor com a polissemia já que ele determina que a maioria das palavras têm o seu sentido alterado em uso. Entretanto, através da análise de diferentes abordagens à polissemia, mostrarei que este quadro inicial não se mantém.

Apresentarei no primeiro capítulo o minimalismo semântico. A começar pelo minimalismo elaborado por Cappelen e Lepore (2005). Veremos que eles nos oferecem um primeiro passo no desenvolvimento do conteúdo mínimo. Em especial, eles desenvolvem a interessante oposição entre o conteúdo dos atos de fala e o conteúdo semântico. Ao traçar essa divisão, eles cobrem o funcionamento da linguagem em dois aspectos: conteúdo literal, através do conteúdo semântico mínimo, e conteúdo não-literal, através do conteúdo dos atos de fala. Isso nos dá uma forma, no geral, interessante de enxergar a divisão entre a semântica e a pragmática. Entretanto, Cappelen e Lepore falham em formular claramente as características dos dois tipos de conteúdo. Como veremos, suas definições são muito vagas e suscetíveis a críticas que atingem seus pontos fundamentais. Devido a este desenvolvimento inicial interessante mas vago feito por Cappelen e Lepore, Emma Borg começa a estruturar o minimalismo em outros termos. Ela deixa de lado a ideia dos conteúdos dos atos de fala e

foca no conteúdo semântico e suas características. Adotarei a sua caracterização como referência. Por fim, apresentarei os papéis do conteúdo semântico mínimo descritos por ela. Borg faz o esforço de evidenciar esses papéis para responder a uma das críticas principais ao minimalismo: que o conteúdo semântico mínimo é *mínimo demais* e, por isso, sem utilidade. A partir dos papéis do conteúdo semântico mínimo, irei apresentar algumas aplicações práticas dele e, portanto, expor uma resposta de Borg à essa crítica.

No segundo capítulo apresentarei o contextualismo. Farei primeiro uma introdução histórica, passarei brevemente por sua relação com a polissemia e, principalmente, apresentarei as maneiras pelas quais ele é subdividido tomando como base as classificações de Recanati (2004) e Bianchi (2010). Segundo Recanati, podemos dividir o contextualismo em dois tipos: moderado e radical; o que muda de um para o outro é o nível de intrusão contextual que é aceito no conteúdo semântico. No caso do moderado, ainda há a possibilidade, mesmo que remota, de haver conteúdo literal. No caso do radical, não é aceita a existência de um conteúdo literal. Diferente do minimalismo, estes dois tipos de contextualismo não prezam por um conteúdo enxuto. Para essas teorias, o significado das sentenças só é completo em uso e só a partir disso que nós podemos avaliar os enunciados como verdadeiros ou falsos. A divisão proposta por Bianchi inclui, além do contextualismo moderado e do contextualismo radical, o contextualismo não-indexical. Bianchi descreve que o contextualismo não-indexical defende que a variação nos valores de verdade dos enunciados de uma sentença não é causada por uma variação no seu conteúdo, mas por uma variação nas circunstâncias de avaliação. Apresentarei as formas levemente diferentes, em relação a Recanati, de Bianchi caracterizar o moderado e o radical. Por fim, irei expor a sua explicação do contextualismo não-indexical e farei uma crítica a ele. Em minha crítica, afirmo que a virada para as circunstâncias de avaliação, proposta pelo contextualismo

não-indexical, é uma questão paralela às que vejo como principais na discussão entre minimalistas e contextualistas.

No capítulo três explicarei a polissemia. Nós chamamos de polissemia o fenômeno que ocorre quando uma palavra tem mais de um sentido e esses sentidos são relacionados, e.g. a palavra ‘letra’ em “Meu nome tem uma letra n” e “Letra de médico é ilegível” é polissêmica por seus sentidos serem relacionados através de derivações da ideia de escrita. Se a nossa discussão é sobre a influência do contexto no conteúdo semântico de uma sentença, então os significados dos elementos menores desta sentença são relevantes. A polissemia é um desafio para as teorias que postulam pouca intrusão contextual no conteúdo semântico, como o minimalismo. Pois à primeira vista, o minimalista não conseguiria optar por um dos sentidos da palavra polissêmica sem olhar para o contexto. A principal motivação desta dissertação é entender se esta é a única alternativa e, sendo assim, não há saída para o minimalismo. Há uma vasta discussão sobre quais tipos de polissemia existem e no capítulo três eu apresento duas delas: polissemia regular e polissemia irregular. Parte considerável do capítulo é dedicada a entender algumas possíveis relações que os sentidos da palavra polissêmica têm entre si. Estas relações são estruturadas por Vicente (2017) e são as seguintes: literalismo, subespecificação e sobre-especificação. A partir desta apresentação passo ao capítulo quatro.

No quarto e último capítulo desta dissertação eu apresentarei algumas alternativas teóricas que o minimalismo pode adotar para lidar com a polissemia. Veremos que um dos pontos centrais é a divergência acerca do que é considerado polissemia ou não. Para Recanati, a polissemia atinge todas as palavras e estas se tornam mais polissêmicas conforme vão sendo usadas. Veremos que para Recanati a polissemia oferece apoio empírico ao contextualismo radical e inviabiliza o minimalismo. Apresentarei, então, a defesa feita por Lörh (2021) de que o minimalismo tem caminhos para lidar com a polissemia e que ela não apoia o

contextualismo radical. Minha sugestão será considerar apenas a polissemia regular como polissemia. Entretanto, farei o exercício de articular como o minimalismo se adaptaria às hipóteses que relacionam os sentidos de uma palavra polissêmica. Por fim, proponho que uma tentativa de solução pode ser feita se nos voltarmos para a investigação de características do minimalismo. Minha sugestão é que a exigência de não aceitar a intenção dos falantes para a escolha dos elementos do conteúdo semântico seja flexibilizada. Será uma sugestão apenas esboçada que mostra uma possível maneira de expandir o conteúdo mínimo sem fazer com que ele se abra para informações contextuais em demasia.

Espero que ao fim desta dissertação fiquem claras as relações entre as teorias sobre o conteúdo semântico e o fenômeno da polissemia. Em especial, espero elucidar as opções que o minimalismo semântico possui frente à ocorrência de palavras polissêmicas.

Capítulo 1

Minimalismo Semântico

Este capítulo trata das principais características do minimalismo semântico e eu as apresentarei em ordem cronológica: primeiro a elaboração inicial da teoria feita por Cappelen e Lepore, em seguida o refinamento dela feito por Emma Borg; neste último tópico apresentarei algumas propostas relativas à utilidade do conteúdo mínimo desenvolvidas por Borg. Pretendo que ao final do capítulo o leitor tenha em mente a teoria semântica destes autores de maneira organizada. Assim, nos capítulos seguintes será possível entender como as palavras polissêmicas podem ser um problema para esta teoria e avaliar se as soluções que irei propor são cabíveis.

Minimalismo Semântico de Cappelen e Lepore

Nesta dissertação, eu darei preferência ao minimalismo semântico formulado por Emma Borg (2012). A justificativa para esta preferência é o fato de eu considerar sua versão mais bem estruturada do que a versão de Cappelen e Lepore (2005). Apesar destes últimos terem sido pioneiros — e, talvez, justamente por isso — muitas pontas ficaram soltas em sua formulação da teoria. De qualquer maneira, antes de apresentar o minimalismo de Borg, apresentarei o de Cappelen e Lepore com base em sua obra *Insensitive Semantics* (2005). Ao longo do capítulo destacarei algumas diferenças entre a formulação dos autores e a da autora, e, por fim, evidenciarei quais são as pontas soltas que citei acima.

Gostaria de ter como fio condutor desta exposição do minimalismo de Cappelen e Lepore a noção de *conteúdo semântico*. Uma maneira de olharmos para a discussão minimalismo x contextualismo é através das seguintes três perguntas: o que é o conteúdo semântico? Quais expressões contidas nele são sensíveis ao contexto? Ele é avaliável quanto

a sua verdade ou falsidade? Cappelen e Lepore dedicam grande parte de sua obra *Insensitive Semantics* para responder a essas questões.

De maneira simples, a ideia inicial dos autores sobre o minimalismo, partindo das questões sobre o conteúdo semântico, é a seguinte: “O conteúdo semântico de uma sentença S é o conteúdo que todos os enunciados de S compartilham.”¹ Ou seja, a cada vez que as pessoas pronunciarem/escreverem/sinalizarem a mesma sentença haverá grandes diferenças contextuais, por exemplo: o local, o falante, o ouvinte, o tom de voz, a intenção, etc. , mas algo permaneceria fixo entre os diferentes enunciados e este componente fixo é o conteúdo semântico. Vejamos um exemplo inicial:

Suponha que eu, Mariana, pronuncio a sentença α , em Volta Redonda-RJ, dia 15 de setembro de 2022:

α : Eu acho que o tempo está horrível.

Agora considere a mesma sentença α dita por outra pessoa, em Campinas-SP, dia 14 de setembro de 2022. Assim, temos dois enunciados da mesma sentença. Em cada caso alteramos as pessoas, os locais e os dias. Para Cappelen e Lepore, apesar dessas alterações contextuais há algo em comum entre os dois enunciados: o ‘eu’ sempre vai se referir ao falante, o ‘está’ ao tempo presente devido a sua conjugação, e, a respeito das outras palavras, nós temos os significados lexicais armazenados.

O último ponto listado acima é o mais controverso. Enquanto minimalistas contam com o significado das palavras fixados em nossa memória a partir do qual nós compreendemos as sentenças, contextualistas questionam até que ponto esses significados são fixos ou modificáveis pelo contexto. Conforme veremos detalhadamente no capítulo seguinte, contextualistas radicais aceitarão que até no nível do significado lexical os sentidos sempre são estreitados e estendidos, e os contextualistas moderados considerarão válida

¹ *Insensitive Semantics*, p. 143. (tradução minha).

quase a mesma ideia, a não ser pelo fato de que eles aceitam a existência do sentido não estreitado e/ou estendido que é o significado literal.

Apesar de, por um lado ser controverso, por outro este é o ponto buscado pelos minimalistas: defender a permanência de elementos fixos entre contextos. Anteriormente nós vimos de maneira simplificada como encontrar estes elementos fixos, então a partir de agora vou apresentar de maneira um pouco mais aprofundada a caracterização do minimalismo proposta por Cappelen e Lepore em *Insensitive Semantics* (páginas 144 e 145):

- 1) Um enunciado expressa várias proposições, sendo uma delas a proposição semanticamente expressa.
- 2) Todo enunciado possui uma proposição semanticamente expressa.
- 3) Todas as informações contextuais que afetam a proposição semanticamente expressa são derivadas gramaticalmente.
- 4) Existem apenas algumas expressões sensíveis ao contexto.
- 5) Há um guia para fixar a proposição semanticamente expressa dos enunciados de uma sentença *S*, a saber:
 - A) Especificar o significado de toda expressão em *S*.
 - B) Especificar as regras do significado composicional relevantes para a língua em questão.
 - C) Remover a ambiguidade de todas as expressões polissêmicas e ambíguas em *S*.
 - D) Tornar precisa toda expressão vaga em *S*.
 - E) Determinar o significado de cada expressão sensível ao contexto em *S*.
- 6) A proposição semanticamente expressa por um enunciado *e* de uma sentença *S* não esgota o conteúdo do ato de fala de *e*.

- 7) As intuições dos falantes sobre o conteúdo da sentença geralmente fazem referência ao conteúdo do ato de fala e não ao conteúdo semântico.

Tendo exposto essas sete características elaboradas por Cappelen e Lepore, fornecerei uma explicação de cada uma delas. E é nesta etapa que pretendo deixar claro quais são as pontas soltas que mencionei inicialmente. Na parte final desta subseção darei destaque a distinção feita pelos autores entre conteúdo semântico e conteúdo do ato de fala.

Entendo os pontos 1 e 2 como sendo fundamentadores para os próximos, no sentido de serem ideias básicas das quais os autores irão partir: sempre que enunciamos uma sentença nós temos uma proposição semanticamente expressa e ela é apenas uma das proposições deste enunciado. Considere o enunciado (observe que agora estamos focando em enunciados e não em sentenças):

e: Ainda não almocei.

Para os autores, o enunciado *e* tem uma proposição semanticamente expressa: a pessoa que enunciou não almoçou no momento em que pronunciou esse enunciado. E, além dessa proposição, o enunciado pode expressar diversas outras proposições, com o mesmo enunciado a pessoa pode estar aceitando um convite para almoçar, recusando uma sobremesa, comunicando um atraso, etc.

Já as características 3 e 4 especificam quais elementos contextuais são aceitos na análise semântica e delimitam que são apenas estes. Assim fica proposto que os elementos contextuais que entrarão na proposição semanticamente expressa serão derivados apenas da estrutura gramatical da sentença e que algumas, poucas, expressões são sensíveis ao contexto. Em *Insensitive Semantics*, página 144, os autores exemplificam quais são essas expressões:

Aqui está um simples esforço para fornecer uma lista das expressões semanticamente sensíveis ao contexto em inglês: os pronomes pessoais ‘eu’, ‘você’, ‘ele’, ‘ela’, ‘aquilo’ em seus vários casos e números (por exemplo, singular, plural, nominativo, acusativo, genitivo), os pronomes demonstrativos ‘isso’ e ‘este’ em seus vários casos e números, os advérbios ‘aqui’, ‘ali’, ‘agora’, ‘hoje’, ‘ontem’, ‘amanhã’, ‘atrás’ (como em ‘ele partiu há dois dias atrás’), ‘daí (a partir de)’ (como em ‘a partir de agora não haverá mais conversas’), e os adjetivos ‘atual’ e ‘presente’. Palavras e aspectos das palavras que indicam tempo verbal também têm sua referência determinada (cf., Kaplan 1989a, p. 489).²

Vejamos agora o ponto 5, nele os autores fornecem um passo a passo para encontrarmos a proposição semanticamente expressa em qualquer enunciado. E é aqui que surgem alguns questionamentos que fizera com que eu optasse pela formulação desenvolvida por Emma Borg. Os itens B e E são apenas sobre a estrutura da sentença e sobre as regras dos termos sensíveis ao contexto, como o que corresponde aos indexicais e demonstrativos usados na sentença, são itens que podemos acessar de maneira sistemática seguindo regras da própria língua em questão. Entretanto, os itens A, C e D são mais vagos e, assim, mais problemáticos; não é claro como nós especificamos o significado de cada expressão. Concedendo este ponto aos autores, poderíamos interpretar algo como “associar o significado que temos armazenado mentalmente com a expressão”, mas, com isso, ainda cairemos no mesmo problema dos itens C e D: qual significado? Em C temos o problema central desta dissertação, isto é, não é simples eliminar a ambiguidade e os aspectos polissêmicos das expressões. Enquanto por um lado defenderei que nós fazemos isso, é um ponto muito mais complexo do que o modo como é tratado na obra de Cappelen e Lepore; por fim, em D temos o mesmo questionamento sobre como identificar o significado das expressões, neste caso, das expressões vagas, e podemos nos perguntar: precisamos do contexto para fazer isso? Defendo que não, que nós temos um significado literal das palavras que associamos a esses termos, por mais vagos que sejam, logo torná-los precisos não parece

² *Insensitive Semantics*, página 144, (tradução minha).

ser tarefa da semântica; na fase de identificação semântica uma proposta é a de que podemos seleccionar o significado literal e a vagueza será eliminada contextualmente. Nestes 3 últimos itens analisados não é claro como acessamos as informações lexicais sem recorrer ao contexto. Veremos nas seções seguintes que nós de fato fazemos isso, mas a maneira superficial com que os autores apresentam esse passo a passo faz com que os itens pareçam simples quando na verdade podem gerar, cada um deles, enormes problemas se não forem tratados minuciosamente.

Por fim, analisaremos aqui os pontos 6 e 7. Neles os autores mencionam uma diferença fundamental entre dois tipos de conteúdos, diferença essa que motiva a obra *Insensitive Semantics*. Vimos com um pouco mais de detalhes até aqui as características do conteúdo semântico, aquele que permanece entre os diferentes enunciados de uma sentença, mas Cappelen e Lepore contribuem também com uma interessante formulação das características do que eles chamam de conteúdo dos atos de fala. No exemplo do enunciado *e*: “ainda não almocei” notamos que ele possui uma proposição semanticamente expressa e várias outras proposições. Os autores dedicam grande parte de *Insensitive Semantics* para analisar algumas características dessas outras proposições. A proposição semanticamente expressa dá origem ao conteúdo semântico que já exploramos um pouco acima e as proposições que não são a semanticamente expressa dão origem aos diferentes conteúdos dos atos de fala. Vejamos algumas características apresentadas pelos autores para caracterizar essas proposições e conteúdos:

- i) Um enunciado dá origem a muitas proposições distintas. O conteúdo do ato de fala não é fixo e nem determinado.
- ii) Não há teoria sistemática da qual se deriva tudo que é dito por um enunciado. Algo intrínseco ao conteúdo do ato de fala é o fato dele estar sujeito a uma quantidade inumerável de influências contextuais.

iii) O conteúdo do ato de fala não é fixado por nenhum fato do contexto. Inclusive, os fatos não conhecidos ou não acessíveis para os participantes da comunicação podem interferir nos diferentes conteúdos dos atos de fala.

iv) Como consequência da anterior: os falantes não têm acesso privilegiado a todas as proposições que afirmam ao enunciar uma sentença.

Cappelen e Lepore exploram ainda algumas relações entre conhecimento do falante e conteúdo do ato de fala de maneira a afirmar que através de um enunciado o falante pode dar origem a conteúdos sobre os quais ele não tem conhecimento mesmo sendo sincero. Entretanto, por se tratar de um tema mais voltado para epistemologia e tangencial ao escopo desta dissertação, não me aprofundarei aqui.

No ponto i, temos a informação que já estamos trabalhando desde o início do capítulo: um enunciado, muitas proposições. Assim, nosso foco é na parte seguinte: diferente do conteúdo semântico, o conteúdo do ato de fala não é fixo e nem determinado. Ou seja, tantas variáveis atingem o conteúdo do ato de fala que não é possível prever ou encontrar algo que os una. Considere o enunciado *z*:

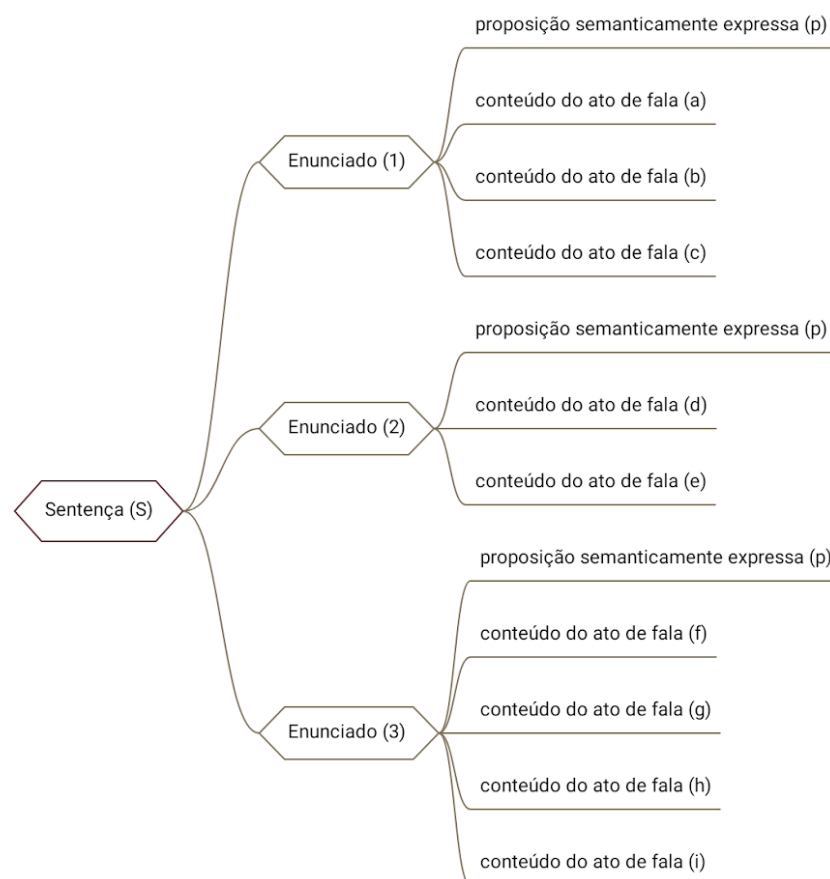
z: Que bonito, hein!

O enunciado *z* pode expressar tanto um conteúdo literal, quanto uma bronca em alguém que foi pego fazendo algo que não deveria. Para os autores são diversos conteúdos de atos de fala, muito diferentes entre si, que não são unidos no aspecto não-semântico e mudam completamente dependendo da situação.

Agora podemos com facilidade compreender o ponto ii, para os autores há tantas variações às quais os conteúdos dos atos de fala são submetidos, podendo *z* ser entendida de diversas formas, como as citadas acima não exaustivamente, que é uma tarefa quase impossível fazer uma teoria sistemática sobre os mesmos.

Dos pontos iii e iv podemos derivar consequências muito interessantes. Neles os autores afirmam que elementos externos às situações de comunicação podem ter grande influência nos conteúdos dos atos de fala, eles exemplificam que suposições feitas por pessoas, de fora da situação original, que ouvirem um dos conteúdos do ato de fala podem até mesmo ajustar o que o falante disse. Além disso, os autores reforçam que os falantes não têm acesso a todas as proposições que não são expressas semanticamente e exemplificam que muitas vezes o ouvinte pode interpretar o falante de maneiras que o falante não havia nem pensado e, até pior, de maneiras que ele não gostaria.

Com a ideia de conteúdo do ato de fala apresentada, vejamos, finalmente, os pontos 6 e 7. Como apresentado acima, o ponto 6 afirma que a proposição semanticamente expressa por um enunciado *e* de uma sentença *S* não esgota o conteúdo do ato de fala de *e*, e isso fica evidente neste ponto do capítulo e completa a caracterização desse aspecto da linguagem:



Assim, ilustro o esquema pensado por Cappelen e Lepore para o minimalismo: podemos fazer inúmeros enunciados de uma mesma sentença, cada enunciado compartilhará com os outros a proposição semanticamente expressa e cada enunciado terá inúmeros conteúdos de atos de fala diferentes.

Por fim, o ponto 7 afirma que as intuições dos falantes sobre o conteúdo de uma sentença geralmente fazem referência ao conteúdo do ato de fala e não ao conteúdo semântico, com isso os autores parecem estar se defendendo de uma crítica muito comum feita a eles: no dia a dia quase nunca pensamos no conteúdo semântico, nós intuimos outras interpretações muito mais abrangentes. Em resposta a esta crítica eles, com base no que vimos até aqui, justificam esse estranhamento em relação ao conteúdo semântico: realmente não é o mais intuitivo, mas isso porque existe também o conteúdo do ato de fala, este último está sujeito às diversas riquezas contextuais e inserido na nossa dinâmica de comunicação, o primeiro é uma noção estreita e propositalmente isolada para que possamos justificar a relação, também intuitiva, que vemos entre os diferentes enunciados da mesma sentença.

Apesar das críticas à amplitude das características do conteúdo semântico, acredito que a obra de Cappelen e Lepore foi um avanço importante no destaque do conteúdo semântico como objeto de estudo; por bem ou por mal, através da má formulação presente nos pontos apresentados acima a pesquisa em torno da semântica passou a ter ainda mais foco nos problemas que competem ao campo lexical; e com *Insensitive Semantics* obtivemos a interessante análise do conteúdo dos atos de fala em contraste com o conteúdo semântico o que nos dá mais uma opção de como enxergar a divisão entre semântica e a pragmática.

Minimalismo Semântico de Emma Borg

Nesta seção, apresentarei o minimalismo a partir da elaboração de Borg. Esta caracterização é a que adotarei como referência. Veremos que a autora refina e especifica as

definições de Cappelen e Lepore dando muito menos margem para interpretações precipitadas da teoria.

Borg (2012) define o minimalismo semântico expondo quatro características relativas ao conteúdo semântico de uma sentença bem formada:

- i. O conteúdo semântico para sentenças declarativas bem formadas é um conteúdo avaliável pela verdade.
- ii. O conteúdo semântico de uma sentença é totalmente determinado por sua estrutura sintática e seu conteúdo lexical: o significado de uma sentença é esgotado pelo significado de suas partes e seu modo de composição.
- iii. Há apenas um número limitado de expressões sensíveis ao contexto em linguagem natural.
- iv. A recuperação do conteúdo semântico é possível sem acesso às intenções atuais do falante (grosseiramente, a compreensão do conteúdo semântico envolve a “leitura de palavras” e não a “leitura de mente”).³

Em i, Borg distancia o minimalismo de posições radicais que não associam o sentido de uma sentença com verdade ou falsidade, defensores desse tipo de argumento, como Pietroski (2005), consideram a noção de *verdade* complexa demais para ser vinculada à noção de *significado* da forma que tradicionalmente, a partir de Davidson, estamos acostumados na filosofia.⁴ A característica descrita no ponto i não gera discordância do minimalistas com contextualistas. O que vai diferenciar minimalistas de contextualistas é a quantidade de informações contextuais que são necessárias no conteúdo semântico para podermos avaliar a sentença em relação aos seus valores de verdade.

O ponto ii, por outro lado, é aquele que torna o minimalismo mais único e também mais criticado. Ao atribuir tal importância à estrutura sintática e ao conteúdo lexical, os minimalistas alcançam um conteúdo mínimo fixo nos diferentes enunciados de uma mesma

³ Borg, 2012, pp. 4-5. (tradução minha)

⁴ Pietroski (2005) desenvolve esse argumento sobre a complexidade da noção de *verdade* e seu entrelaçamento com a de *significado*. Embora ele não sugira uma maneira de lidar com essa relação.

sentença e preservam a produtividade⁵ e a sistematicidade⁶ da linguagem. No entanto, esse ponto limita a participação contextual no significado dando margem para o minimalismo ser criticado por seu conteúdo mínimo ser *mínimo demais*, veremos em breve uma resposta de Borg a esta questão.

Em iii, Borg trata dos termos indexicais e demonstrativos. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, os minimalistas semânticos aceitam que as sentenças sejam relativizadas a contextos, desde que estes sejam acessados a partir de características da própria sentença. Portanto, as sentenças serão avaliadas, por exemplo, de acordo com *quem* está falando, *onde* e *quando*. Desta forma, é possível dar conta de expressões sensíveis ao contexto, como indexicais e demonstrativos. E deve ser destacado que essas expressões são limitadas, essa característica também diferencia o minimalismo de algumas formas de contextualismo que enxergam a sensibilidade ao contexto como pervasiva nessas e em outras expressões.

Finalmente, no ponto iv é afirmado que devemos determinar o conteúdo semântico sem acessar as intenções do falante e esta é uma característica muito enfatizada por Borg, uma vez que é relativamente fácil para os minimalistas aceitarem informações contextuais rastreáveis através das regras da própria língua, mas, para a autora, lidar com as intenções dos falantes leva a um campo tão vasto que é praticamente impossível derivá-las de informações léxico-sintáticas. Apresentarei no capítulo 4 um breve comentário sobre a flexibilização deste ponto relacionado às intenções.

Papéis do conteúdo semântico mínimo

⁵ Característica da linguagem de poder produzir um número infinito de novas sentenças.

⁶ Os elementos de uma sentença podem ser usados em outra e se entendemos a primeira entenderemos a segunda.

Borg (2019) aproveita-se de uma objeção muito relevante e frequente feita ao minimalismo para elaborar os papéis teóricos do conteúdo semântico oferecido por sua teoria. A objeção é que o conteúdo semântico que obtemos através da abordagem minimalista é *muito mínimo*, na medida em que não é útil para refletir a riqueza de nossa comunicação. Nesta seção, apresentarei detalhadamente o argumento de Borg (2019) com o objetivo de mostrar a importância do conteúdo semântico determinado pelo minimalismo. Espero com isso deixar claro por que é interessante não descartar tal teoria e, sendo assim, justificar os esforços feitos para apontar como ela também pode lidar com o fenômeno da polissemia.

Borg afirma que o que motiva a objeção de que conteúdos semânticos mínimos não são úteis é o fato de que os minimalistas às vezes assumem que conteúdos mínimos realmente não deveriam capturar nossas intuições sobre o que um falante diz ou quer dizer. No entanto, ela explica que nesses casos os minimalistas consideraram noções muito estreitas do que os falantes dizem. Assim, seu argumento, em consonância com o esquema de Cappelen e Lepore, será a favor de afirmar que o que os falantes dizem é algo composto que engloba diferentes tipos de conteúdo e o conteúdo semântico mínimo não capta alguns julgamentos intuitivos do que foi dito pelo falante. Entretanto, o destaque desta subseção, então, é apresentar a defesa de Borg de que em algumas situações específicas nós requisitamos o conteúdo mínimo.

Uma das propostas da autora é que devemos tratar o que é dito pelo falante como uma noção sociolinguística que vem da relação da linguagem com as normas sociais e expectativas culturais. Segundo ela, podemos nos interessar por diferentes propósitos ou aspectos sociolinguísticos e o que é dito pelo falante pode ser fixado por diferentes recursos. Borg fornece uma lista não exaustiva para exemplificar:

- i. Julgamentos de discurso relatado, i.e. *A* disse que *p* por seu enunciado de *s* se os juízes competentes aceitassem um relato da forma ‘Ao enunciar *s*, *A* disse que *p*’.

ii. Julgamentos do conteúdo adicionado ao registro conversacional, onde esse registro é sensível (entre outras coisas) ao conhecimento mútuo dos participantes, as normas culturais e de conversação em jogo, e a posição social dos participantes.

iii. Julgamentos de responsabilidade ou culpabilidade de um falante pelo conteúdo (estrito): uma noção binária pela qual um falante *A* é ou não responsabilizado por um determinado conteúdo por sua emissão de *s*.

iv. Julgamentos de responsabilidade ou culpabilidade de um falante pelo conteúdo (conversacional): uma questão de grau em que os falantes são considerados mais ou menos responsáveis por um determinado conteúdo por meio do enunciado de *s*.⁷

Segundo Borg, todas essas parecem ser formas plausíveis de explicar nossa noção intuitiva do que é dito pelo falante e não temos motivos para privilegiar nenhum desses critérios. Assim, ela chega à conclusão de que o que é dito pelo falante acaba sendo uma noção composta. Mas surge uma diferenciação, ela ressalta que nem todas essas interpretações (i-iv) são capazes de distinguir entre os diferentes tipos de conteúdo.

Borg, então, argumenta que apenas (iii) e (iv) prometem criar divisões nos tipos de conteúdo e isso acontece quando se baseiam na noção de responsabilidade linguística. Borg argumenta que existem diferentes noções de responsabilidade linguística que podem ser relevantes:

- 1) Responsabilidade linguística estrita: uma noção binária segundo a qual os falantes são ou não responsáveis pelo conteúdo literal estrito (mínimo) das sentenças que produzem.
- 2) Responsabilidade linguística conversacional: segundo a qual os falantes são julgados como tendo maior ou menor responsabilidade por determinados conteúdos que podem ser transmitidos por seus enunciados, e onde esses conteúdos podem ser classificados em termos dessa responsabilidade.⁸

⁷ Borg, 2019, p.8. (tradução minha)

⁸ Borg, 2019, pp. 8,9. (tradução minha)

Borg finaliza esta parte inicial do argumento afirmando o seguinte: “embora a responsabilidade linguística conversacional nos dê uma interpretação viável do ‘o que é dito’ (...) a noção de responsabilidade linguística estrita também tem um papel importante a desempenhar”.⁹ Assim, a autora argumentou que o que é dito pelo falante é mais bem entendido como uma noção sociolinguística composta que pode servir a diferentes propósitos linguísticos (ver Borg 2019, seção 3, para obter detalhes sobre esses propósitos) e uma dessas noções do que é dito, aquela atribuída pela responsabilidade linguística estrita, precisa do conteúdo semântico mínimo.¹⁰

Veremos agora quatro tipos de aplicações práticas de responsabilidade linguística estrita e, conseqüentemente, de conteúdo semântico mínimo, apresentadas por Borg (2019). Essa divisão é feita por ela mesma na seção 4:

i) Como primeiro caso, Borg destaca a interpretação jurídica. Segundo ela, muitas jurisdições empregam regras que se baseiam na responsabilidade linguística estrita. E mesmo para entender o que os tribunais estão fazendo precisamos do conteúdo mínimo. Como exemplo, ela oferece a explicação de duas regras de interpretação estatutária aplicadas no Reino Unido: “regra do significado ordinário”¹¹ e a “regra de ouro”¹². De acordo com Borg, elas são baseadas em conteúdo semântico mínimo:

Assim, a regra do significado ordinário exige que a interpretação atribuída às declarações jurídicas coincida com o significado literal das sentenças usadas para expressar esses julgamentos, enquanto a regra de ouro permite o afastamento do significado literal, onde os resultados da interpretação literal levam a resultados absurdos.¹³

ii) O segundo caso destacado por Borg é a acusação criminal de perjúrio: “O perjúrio é frequentemente definido como o crime de mentir intencionalmente mesmo depois de ter feito

⁹ Borg, 2019, p.9. (tradução minha)

¹⁰ Borg, 2019, p.14-15.

¹¹ (tradução minha) Original: *Plain Meaning Rule*

¹² (tradução minha) Original: *Golden Rule*

¹³ Borg, 2019, p.14. (tradução minha)

o juramento de dizer a verdade a um tabelião, escrevente do tribunal ou outro funcionário.”¹⁴

Segundo ela, essa acusação também parece depender de responsabilidade linguística estrita, o perjúrio requer conteúdo mínimo, pois tal acusação seria estranha por meio de conteúdo explicativo.

iii) O terceiro caso é a difamação *per se*. Borg explica que uma pessoa pode ser acusada de difamação *per se* se o sentido mínimo do enunciado proferido for falso e causar dano à reputação da pessoa citada no ato difamatório. Assim, a autora afirma que nesses casos parece haver julgamentos de responsabilidade linguística estrita e, portanto, conteúdo mínimo.¹⁵

iv) O último caso levantado por Borg é a diferença entre ‘as regras do jogo’ e ‘o espírito esportivo’. Estão inclusos aqui os casos em que temos um jogo com uma determinada regra escrita, mas que na prática se alguém cumprir esta pessoa receberá desaprovação de seus pares. Por exemplo, podemos imaginar uma maratona em que o corredor que está em primeiro lugar é machucado de maneira não muito grave propositalmente por um espectador, então conseguiria seguir o trajeto mais lentamente com o apoio de alguém, e o corredor que está em segundo lugar em vez de ultrapassá-lo (o que seria condizente com a regra do jogo) se une a ele para chegarem juntos à linha de chegada (o que é condizente com o espírito esportivo), a atitude do corredor que estava em segundo lugar não cumpre a regra do jogo, mas é a que de certa forma é esperada e que gera aprovação dos pares. Este caso, especialmente, ajuda a ilustrar a divisão entre julgamentos de responsabilidade linguística estrita e responsabilidade linguística conversacional. Borg aponta que este caso nos evidencia

¹⁴ Borg, 2019, p.15. (tradução minha)

¹⁵ cf. Borg, 2019, p.16.

uma “dimensão prática à nossa sensibilidade tanto para o conteúdo mínimo quanto para o conteúdo explicativo”¹⁶.

Dessa forma, passamos por um panorama das teorias semânticas dos três principais autores do minimalismo semântico. Comecei apresentando a versão inicial do minimalismo, desenvolvida por Cappelen e Lepore, depois vimos a teoria elaborada mais claramente por Emma Borg e os principais papéis do conteúdo semântico mínimo. Em particular, foi possível apresentar algumas aplicações práticas do conteúdo mínimo e, portanto, conhecer uma resposta à crítica que aponta uma possível falta de utilidade do conteúdo mínimo. No capítulo seguinte apresentarei em detalhes o contextualismo, em seguida a discussão sobre polissemia e no capítulo 4, tendo as características do minimalismo, do contextualismo e da polissemia em mãos, poderemos encarar o grande problema ao qual esta dissertação se dedica e a algumas propostas de resolução.

¹⁶ Borg, 2019, p.16. (tradução minha)

Capítulo 2

Contextualismo

Neste capítulo, irei apresentar o contextualismo. Farei primeiro uma introdução histórica, passarei brevemente por sua relação com a polissemia e, principalmente, apresentarei as maneiras pelas quais ele é subdividido tomando como base as taxonomias de Recanati (2004) e Bianchi (2010).

Para introduzir o contextualismo convido o leitor a primeiro localizar esta teoria na discussão mais ampla. Gostaria que ao longo da leitura houvesse como pano de fundo a ideia de que esta dissertação está tratando da discussão entre o que deve ser da alçada da semântica na linguagem natural e, por complemento, o que é tarefa da pragmática. Especificamente, os trabalhos sobre esta área têm a seguinte pergunta como norteadora: quanta informação do contexto de enunciação nós precisamos acessar para determinar os valores de verdade deste enunciado?

Mas, como esta questão se encaixa na história da filosofia da linguagem? Ao pensarmos na história da filosofia da linguagem analítica do século XX somos levados inicialmente aos autores que tinham como foco entender a linguagem a partir de um ponto de vista que abstraía os enunciados do contexto em que eles eram reproduzidos, como Frege e Russell. Essa abstração era motivada pela busca de uma estrutura interna das sentenças a partir da qual poderíamos atribuir os valores de verdade. Caminhando um pouco mais, já na segunda metade do século XX, podemos perceber uma inclinação de autores, como Austin e Searle, para os estudos dos fenômenos que atingem a linguagem enquanto ela está em seu pleno uso, e a pergunta sobre a influência do contexto da sentença nos seus valores de verdade, neste caso, é até mesmo dispensável, mas pelo fato dele ser fundamental. Sendo assim, diferentes variáveis passam a ser levadas em consideração para tal: o falante, o

ambiente, o tempo, o ouvinte; essas e outras informações, como a intenção do falante, passam a ser essenciais para a determinação do valor de verdade da sentença em análise.

Partindo dessas duas perspectivas a respeito da abordagem de sentenças e seus valores de verdade podemos localizar as teorias principais que tratarei nesta dissertação, o minimalismo e o contextualismo. Ainda sobre esta localização das teorias na história, podemos utilizar o seguinte panorama traçado por Bianchi:

Frege e Russell inspiram a perspectiva minimalista por seu pensamento de que as condições da verdade podem ser atribuídas a uma sentença independentemente de quaisquer considerações contextuais; os filósofos da linguagem comum inspiram a perspectiva contextualista de que é somente no contexto que as sentenças têm condições de verdade completas.¹⁷

Assim, não é difícil perceber, e como bem aponta Bianchi, as raízes ou inspirações para as teorias que teremos nesta dissertação como foco: minimalismo semântico e contextualismo. A relação entre o minimalismo e os autores da primeira metade do século XX ficará mais clara no capítulo seguinte. Os filósofos da linguagem ordinária são os autores da segunda metade do século que pontuei acima. Veremos a seguir que, assim como eles, os atuais contextualistas abraçam diversas informações contextuais em sua busca pelos valores de verdade da sentença. Por fim, o último ponto a respeito das inspirações históricas contextualistas que eu gostaria de destacar encontra-se no seguinte trecho de Bianchi, ela que afirma que o contextualismo também é “amplamente baseado em interpretações do lema Wittgensteiniano “significado é uso”: entender uma palavra é saber como usá-la.”¹⁸

Teorias contextualistas são unidas pelo fato de defenderem que precisamos de mais elementos, além dos presentes nos enunciados, para determinarmos seus valores de verdade. Quais são esses elementos e quantos são eles são informações que vão variar de uma teoria contextualista para outra como veremos ao longo deste capítulo.

¹⁷ Bianchi, 2010, p. 2. (tradução minha)

¹⁸ Bianchi, 2010, p. 7. (tradução minha)

E onde entra a polissemia nisso tudo? A polissemia é um fenômeno lexical. Ou seja, atinge o nível das palavras e não das sentenças diretamente. Mas, em todas as teorias que se debruçam sobre a abrangência da semântica os autores precisam analisar as sentenças a partir de seus elementos menores e ainda significativos. Sendo assim, fenômenos que atingem o nível das palavras, afetando seus significados, são relevantes para a área. Por enquanto, não farei a divisão entre os diferentes tipos de polissemia para aqui entendermos o quadro de uma maneira geral. Se pensarmos a polissemia apenas como o fenômeno em que palavras podem ter mais de um significado e esses significados são relacionados, identificamos facilmente onde ela entra nessa história: se o significado das sentenças depende dos significados das palavras e as palavras possuem mais de um significado, eu preciso decidir qual deles o falante quer empregar no enunciado. Para tomar essa decisão nós precisamos consultar informações contextuais, mas quais? Em especial, será que precisamos consultar a intenção do falante? Esse é um nível de consulta ao contexto que, aparentemente, pode ser facilmente aceito por contextualistas, mas não por minimalistas. De uma maneira inicial é assim que podemos entender como a existência de palavras polissêmicas pode ser um ponto a favor do contextualismo.

Espero que até aqui tenha ficado claro que nossa discussão está focada em entender o que é do âmbito da semântica e do âmbito da pragmática no sentido de determinar quais elementos do contexto precisamos saber para determinar o valor de verdade do enunciado. E, além disso, vimos que para determinar o valor de verdade do enunciado precisamos ir ao nível das palavras e estas estão sujeitas a alguns fenômenos como o da polissemia. Se em um nível tão profundo quanto no próprio significado das palavras nós talvez precisemos consultar certas informações contextuais para determinar seu sentido, nós temos boas razões para aderir a alguma forma de contextualismo e para descartar o minimalismo. Mas antes de chegarmos

ou não a essa conclusão a respeito do efeito da polissemia nessa escolha, irei apresentar em detalhes o contextualismo.

A partir desta introdução seguirei agora para uma explicação mais detalhada sobre o contextualismo e algumas formas de dividi-lo.

Há algumas maneiras pelas quais podemos pensar em subdivisões do contextualismo, apresentarei duas destas maneiras. A primeira é com base em Recanati (2004, 2017, 2019) e a segunda é com base em Bianchi (2010). A de Bianchi inclui uma terceira divisão que não é destacada por Recanati.

Vejamos primeiro a de Recanati. Segundo ele, podemos dividir o contextualismo em dois tipos: moderado e radical. Antes de entendermos essa divisão, precisamos primeiro entender o processo contextual chamado *modulação*. De acordo com Recanati (2004), modulação é um processo contextual que pode estender e estreitar os sentidos das palavras e consequentemente das sentenças. O exemplo a seguir é usado por Recanati: “‘João é doido’ carrega condições de verdade distintas quando ‘doido’ é tomado literalmente e quando é uma hipérbole.”¹⁹ Assim, a palavra ‘doido’ é modelada no contexto e isso afeta o valor de verdade da sentença. A seguir veremos como esse processo é entendido por contextualistas moderados e radicais em sua classificação.

Para Recanati, o contextualismo moderado é uma versão do contextualismo para expressões ordinárias, não apenas indexicais, que podem potencialmente ser moduladas em contexto. E, essa modulação acontece afetando o conteúdo semântico. Como Recanati (2017) aponta, por ser apenas um recurso potencial, ainda é possível usar uma expressão literalmente e esse uso possui modulação zero.

Com isso em mente, já podemos começar a notar grandes diferenças entre essa abordagem e o minimalismo, já que para o último, expressões sensíveis ao contexto são

¹⁹ Recanati, 2019, p. 220. (tradução minha)

limitadas a indexicais e demonstrativos. O conteúdo semântico que o minimalismo propõe é aquele que diz respeito ao que há em comum entre todos os enunciados da palavra ‘doido’, o conteúdo literal e não estendido ou restringido pelo contexto.

No entanto, a versão moderada do contextualismo ainda vê a modulação apenas como potencial, e isso a torna menos distante do minimalismo do que o contextualismo radical, pois permite a existência de um conteúdo literal que será modulado (mesmo que esse conteúdo, já modulado, ainda seja semântico para contextualismo moderado). Veremos a seguir, uma forma de contextualismo que se afasta radicalmente do minimalismo.

No contextualismo radical, como Recanati (2019) explica, o significado lexical nunca é capaz de contribuir sozinho para o conteúdo semântico e, portanto, a modulação é obrigatória. Aqui o significado das palavras é entendido de forma complexa, quase como se não houvesse estabilidade entre os diferentes enunciados e sempre houvessem detalhes a serem acrescentados ou removidos de seu significado. De acordo com Recanati (2004), no contextualismo radical:

Os próprios significados das palavras individuais são tais que não poderiam ir diretamente para a interpretação. Eles não têm o formato apropriado para isso. Ou são muito abstratos e esquemáticos, de tal forma que é necessário elaborar ou preencher para chegar a um conteúdo determinado; ou eles são muito ricos e devem ser submetidos a “cancelamento de características”, ou algum outro processo de triagem, através do qual alguns aspectos serão analisados e outros focados.²⁰

Portanto, o contextualismo radical difere do minimalismo especificamente em um ponto central: no minimalismo o significado lexical é idêntico ao conteúdo que a palavra oferece para o conteúdo semântico da sentença. Sem essa identidade, o contexto se torna essencial para determinar os valores de verdade das sentenças.

²⁰ Recanati, 2004, p.140. (tradução minha)

Apresentarei agora a divisão entre três tipos de contextualismo feita por Bianchi (2010). Bianchi também apresenta o contextualismo moderado (por vezes chamado de indexicalismo, como ela destaca) e o contextualismo radical, mas além destes ela destaca o contextualismo não-indexical.

Veremos primeiro o contextualismo moderado. Diferentemente de Recanati, a caracterização do contextualismo aqui não é feita a partir do fenômeno da modulação, apesar de ter as mesmas implicações.

Bianchi destaca que os autores contextualistas moderados defendem que há elementos indexicais encobertos na forma lógica das sentenças, assim as contribuições contextuais podem ser rastreadas através da forma lógica, mas mesmo havendo este caminho mais determinado até a informação contextual esta informação contribui para o valor semântico da sentença.

Um exemplo dado por Bianchi dessa característica — indexical encoberto — é quando usamos adjetivos como ‘alto’. Segundo ela, para os contextualistas moderados a sentença ‘João é alto’ possui a ideia comparativa (alto em relação a quem?) como uma variável encoberta na sua forma lógica e não na sua estrutura superficial. Assim, a dependência do contexto no contextualismo moderado pode ser rastreada tanto pelos indexicais, demonstrativos e pronomes quanto, como Bianchi aponta ao citar Stanley (2000), por variáveis encobertas que ocupam uma posição na forma lógica.

Vejamos agora o contextualismo radical através da explicação de Bianchi. Para esta explicação ela também não recorre ao fenômeno da modulação mas, apesar disso, a ideia continua muito semelhante. Bianchi afirma que para o contextualismo radical as sentenças não expressam proposições completas abstraídas do contexto do ato de fala. Todas as sentenças precisam ser enriquecidas com elementos contextuais para só então serem interpretadas semanticamente.

Bianchi apresenta uma série de exemplos que, como ela explica, mostram, segundo os contextualistas radicais, a distância entre a proposição expressa pela sentença e o significado convencional da sentença; uma distância que não é preenchida apenas completando os elementos contextuais que possuem um rastreamento pela forma sintática ou pela forma lógica (mesmo que seja preenchido até com os elementos encobertos). Para chegarmos aos valores de verdade das sentenças, segundo os contextualistas radicais, nós precisamos de processos pragmáticos que nos levarão à proposição expressa. Um exemplo dado por Bianchi é “A conferência começa às cinco [ou alguns minutos depois].”²¹, nós enunciamos a sentença “A conferência começa às cinco”, mas, da perspectiva do contextualismo radical, não podemos saber os valores de verdade até acrescentarmos as informações “[ou alguns minutos depois]” através de processos pragmáticos, já que parece ser isso que queremos dizer quando enunciamos a sentença do exemplo, então o complemento contextual não seria encontrado através de um rastreamento na forma sintática ou lógica.

Assim, como afirma Bianchi, há inúmeras informações que podem modificar uma sentença e que não estão presentes na escrita ou enunciação delas. E só a partir do acréscimo das informações contextuais, que mudam de ocasião para ocasião, que podemos chegar às condições de verdade da sentença. Ela também menciona que para Searle (1979, 1980) e Travis (1981, 1997) o significado de uma sentença abstraído de seu contexto apenas sub-determina suas condições de verdade. Para esta visão o significado abstraído do contexto e o enriquecido indicam diferentes condições de verdade para cada enunciado da sentença.

Antes de apresentar brevemente algumas objeções ao contextualismo radical, vejamos uma motivação para esta teoria, apresentada por Bianchi, e que será relevante para entendermos uma grande diferença sua para o minimalismo.

²¹ Bianchi, 2010, p. 7. (tradução minha)

A motivação principal do contextualismo radical é a aproximação dos valores de verdade das sentenças dos valores de verdade que são mais intuitivos para os falantes:

Os contextualistas radicais, então, preferem falar de “condições de verdade intuitivas”: a proposição expressa por um enunciado não corresponde à forma lógica da sentença, mas é individuada pelas intuições sobre as condições de verdade dos participantes na troca conversacional.²²

Ainda de acordo com Bianchi, tanto Searle, quanto Travis, quanto Recanati defendem essa preservação das nossas intuições pré-teóricas no momento da decisão sobre o que está sendo dito.

Antes da apresentação do contextualismo não-indexical, vejamos brevemente três objeções ao contextualismo radical. A decisão de destacar as críticas feitas a esta forma de contextualismo foi tomada com base no fato de ela ser uma das posições mais problemáticas. Com a exposição a seguir pretendo destacar que o contextualismo radical recebe duras críticas de teóricos de todas as outras posições.

Bianchi inicia a subseção sobre as objeções ao contextualismo radical destacando que ele é uma visão criticada tanto por minimalistas quanto por indexicalistas (contextualistas moderados). Em seguida, o primeiro ponto que ela apresenta é da crítica feita por Stanley e Szabò sobre o fato de que o contextualismo radical oferece a mesma solução para os mais diversos acontecimentos linguísticos, como: “saturação de indexicais e demonstrativos, desambiguação, preenchimento, restrição de domínios quantificáveis, enriquecimento livre.”²³, dando a impressão de que a teoria uniformiza diferentes fenômenos ignorando suas especificidades.

A segunda crítica apresentada por Bianchi é o fato de que nem todos concordam sobre a ideia de que o conteúdo semântico deve abranger as intuições do falante. E esta crítica é a

²² Bianchi, 2010, p. 11. (tradução minha)

²³ Bianchi, 2010, pág. 12. (tradução minha)

mais relevante para o minimalismo semântico. Como estamos vendo nesta dissertação, o minimalismo de Borg tem como grande característica não aceitar que nós evoquemos as intuições do falante para determinar o conteúdo semântico de uma sentença. Esta postura a respeito da intuição do falante também é encontrada em Cappelen & Lepore (2005), os quais Bianchi está tomando como referência sobre o minimalismo. Em especial, Cappelen & Lepore (2005) se dedicam a diferenciar o *conteúdo semântico* do que é chamado por eles de *pluralismo dos atos de fala*, sendo o primeiro responsável por uma estrutura através da qual nós chegamos ao valor de verdade da sentenças e o segundo uma série de características que incluem o que o falante pode ter a intenção de comunicar; estas duas noções podem possuir diferentes tipos de relações, não precisando ser diretamente conectadas. O mais importante a se destacar desta segunda crítica é o fato de que o contextualismo radical tem como motivação aproximar o valor de verdade do conteúdo semântico de um valor de verdade que se assemelhe mais com as intuições dos falantes, mas este tipo de associação não é vista como uma vantagem por outros teóricos da área, inclusive pode ser visto como uma característica que deixa a teoria abrangente demais e que necessita acessar variáveis (e.g. intuições) que vão muito além do que para esses autores é característica da semântica.

Por fim, a terceira crítica apresentada por Bianchi é feita tanto por contextualistas moderados quanto por minimalistas e consiste em afirmar que o contextualismo radical descarta a teorização sistemática da linguagem ao afirmar que só teremos os valores de verdade de uma sentença quando inserirmos os elementos contextuais, assim, como Bianchi afirma, os significados convencionais não têm papel central e o significado é dado só ao enunciado da sentença e não a ela mesma.

Para finalizar a apresentação dos possíveis tipos de contextualismo, veremos agora o contextualismo não-indexical, a partir de Bianchi (2010). Como ela destaca, esta é uma das principais alternativas ao minimalismo e aos outros tipos de contextualismo que vimos até o

momento. Ela irá se basear em MacFarlane (2007, 2009). Bianchi inicia explicando que para o contextualismo diferentes enunciados da mesma sentença expressam proposições diferentes e para o minimalismo cada enunciado de uma mesma sentença possui uma mesma proposição mínima. Para o contextualismo não-indexical ambos fazem uma mesma confusão:

confundem intuições sobre os valores de verdade de certos enunciados (...) com intuições sobre as condições de verdade daqueles mesmos enunciados (ou sobre as proposições que eles expressam).²⁴

Para evitar esta confusão entre as intuições sobre os *valores de verdade* dos enunciados com as intuições sobre as *condições de verdade* dos mesmos, esta teoria faz uma virada em relação às apresentadas até aqui: ela centraliza as circunstâncias de avaliação. Assim, por exemplo, Bianchi afirma que o minimalismo deve ter como objetivo principal responder: “Em que mundos possíveis a proposição mínima é verdadeira?”. Segundo Bianchi, o contextualismo não-indexical defende que a variação nos valores de verdade dos enunciados de uma sentença não é causada por uma variação no seu conteúdo, mas por uma variação nas circunstâncias de avaliação. Desta maneira, sai de foco a discussão sobre *o que faz parte do conteúdo semântico* e os valores de verdade são vistos através da perspectiva da variação das circunstâncias de avaliação, por exemplo, os mundos possíveis.

Como um breve comentário gostaria de adicionar a esta discussão sobre a virada para as circunstâncias de avaliação uma crítica. Sucintamente, acredito que esta questão proposta pelo contextualismo não-indexical é uma questão paralela às que vejo como principais na discussão entre minimalistas e contextualistas. As questões principais me parecem ser: quanto de informações contextuais nós aceitamos no conteúdo semântico para que ele seja passível de avaliação quanto aos seus valores de verdade? Como acessamos essas informações? Acessamos apenas por regras sintáticas ou precisamos de mais? E o contextualismo

²⁴ Bianchi, 2010, p. 14. (tradução minha)

não-indexical parece propor: independente do que compõe o conteúdo semântico nós olharemos para as circunstâncias de avaliação do enunciado para saber se ele é verdadeiro ou falso. Desta maneira, a questão desconsidera o ponto mais controverso da discussão: o que é comum às enunciações de uma mesma sentença quando elas ocorrem em contextos diferentes? Isso pode ser avaliado como verdadeiro ou falso? Ou é muito pouco? O contextualismo não-indexical parece ir direto para o passo adiante: o que acontece quando já temos estabelecido o que é o conteúdo semântico. Desta maneira, o contextualismo não-indexical parece não oferecer um argumento indispensável para o debate entre o minimalismo e o contextualismo.

Assim, finalizo a apresentação do contextualismo. Vimos uma introdução ao possível ponto a seu favor a partir da existência de palavras polissêmicas e, principalmente, algumas de suas subdivisões apresentadas por Recanati e Bianchi. Nos capítulos seguintes vou expor detalhadamente o que é a polissemia e a sua relação com as teorias apresentadas, veremos que o minimalismo, apesar de não parecer à primeira vista, tem algumas opções para escolher a respeito de como lidar com este fenômeno lexical.

Capítulo 3

Polissemia

Apresentei nos capítulos anteriores duas diferentes posições a respeito de quanta informação contextual deve compor o conteúdo semântico de uma sentença de maneira que ela possa ser julgada como verdadeira ou falsa. Como vimos, o significado das sentenças dependerá do significado de seus componentes e um dos pontos que gostaria de destacar agora é a utilidade de darmos foco ao significado lexical. Embora não muito explorado ao longo da história da filosofia analítica da linguagem — em comparação ao significado da sentença — ele tem uma grande relevância em nossa atual discussão. Abordarei um fenômeno lexical específico: algumas palavras parecem ter mais de um significado e quando tais significados estão relacionados entre si, temos a *polissemia*. O presente capítulo será sobre ela, suas definições e algumas maneiras de abordá-la. Será brevemente exposto como ela se relaciona com o minimalismo semântico e o contextualismo e no capítulo seguinte essas relações serão explicadas detalhadamente.

Para iniciar sugiro que pensemos em alguns exemplos que podem ser considerados casos de polissemia, ainda sem dividi-las em seus possíveis tipos:

1) ‘Letra’

- a. A letra da canção é repetitiva.
- b. Letra de médico é ilegível.
- c. Meu nome tem só uma letra ‘n’.

2) ‘Almoço’: O almoço estava delicioso, mas demorou uma eternidade.²⁵

3) ‘Linha’: João desenhou e leu a linha.²⁶

²⁵ Asher, 2011, p.63. (tradução minha)

²⁶ Löhr, 2021, p.6 / Vicente, 2017. (tradução minha)

No exemplo 1, nós temos a palavra ‘letra’ usada em três sentenças distintas. Na sentença *a* a palavra ‘letra’ tem o sentido de texto a ser cantado, lido ou recitado em uma música. Na sentença *b* ela tem o sentido da maneira como as pessoas escrevem, o sentido de caligrafia. Já na sentença *c*, a palavra ‘letra’ tem o sentido do sinal escrito que unido a outros formará as palavras. Este exemplo foi escolhido para introduzir de uma maneira geral a noção de polissemia pois nele nós temos presumivelmente a mesma palavra sendo usada em diferentes sentidos e todos esses sentidos estão ligados entre si: são derivações da ideia de escrita; sendo assim, não são unidos apenas por uma coincidência na maneira de escrever ou pronunciar a palavra.

No exemplo 2, temos apenas uma sentença e nela a palavra ‘almoço’ é usada sob dois sentidos diferentes. Podemos separar a sentença em duas para ficar mais evidente: 2.1 ‘O almoço estava delicioso’ e 2.2 ‘O almoço demorou uma eternidade’. Em 2.1 a palavra ‘almoço’ é usada no sentido da comida que foi servida na refeição. Em 2.2 ‘almoço’ é usada com o sentido de evento, o momento em que as pessoas se unem para fazer a refeição. Neste exemplo 2, o objetivo é apontar uma forma da polissemia se manifestar: uma palavra polissêmica é usada na mesma sentença com mais de um sentido e nós conseguimos compreender com naturalidade. De maneira mais restrita este tipo de ocorrência é chamada de polissemia *regular/lógica*.

No exemplo 3, apresento novamente apenas uma sentença e nela a palavra polissêmica é ‘linha’. Dividindo a sentença em duas para ficar mais claro os dois sentidos temos: 3.1 ‘João desenhou a linha’ e 3.2 ‘João leu a linha’. Em 3.1 ‘linha’ é usada no sentido de uma imagem geométrica. Em 3.2 ‘linha’ é usada no sentido do espaço que sentenças ocupam. O objetivo deste exemplo é ilustrar uma outra possível forma de polissemia em que temos uma palavra com mais de um sentido sendo usada na mesma sentença e que nos causa certa estranheza. Veremos a seguir que esta se encaixa como polissemia *irregular/acidental*.

Uma das maneiras pelas quais a polissemia pode ser dividida é entre *polissemia regular/lógica* e *polissemia irregular/acidental*. Há várias formas de classificar diferentes termos polissêmicos. Como explica Löhr (2021), uma dessas formas é através do *teste de copredicação*: “O termo ‘copredicação’ é comumente usado para capturar o fenômeno em que podemos usar um único nominal²⁷ para denotar duas entidades distintas mas relacionadas na mesma sentença com predicados diferentes”²⁸. Vejamos por exemplo a sentença 2 em que temos o nominal ‘almoço’ denotando as entidades: refeição e evento; e as duas entidades se relacionando com dois predicados diferentes: ‘estava delicioso’ e ‘demorou uma eternidade’. A partir desta definição chegamos a uma forma de classificar as palavras polissêmicas. As palavras que podem aparecer em copredicação sem causar estranhamento ao interlocutor são classificadas como sendo parte do grupo da polissemia *regular*. Como por exemplo a palavra ‘almoço’ no exemplo 2. Já as palavras polissêmicas que aparecem em copredicação de uma maneira que causa estranhamento ao interlocutor encontram-se no grupo da polissemia *irregular* como a palavra ‘linha’ no exemplo 3.

Esta forma de classificar a polissemia nos mostra uma divisão entre os usos mais complexos das palavras polissêmicas (mais de um sentido na mesma sentença), nos evidenciando os casos em que os sentidos parecem se relacionar de maneira mais natural contrastivamente aos casos em que isso não ocorre apesar de compreendermos a existência de mais de um sentido. Entretanto, esta é uma classificação que pode ser questionada em suas considerações sobre o que é polissemia. Se pensarmos a polissemia como o fenômeno em que as palavras possuem mais de um sentido e eles estão relacionados, então podemos aceitar o teste de copredicação. Mas voltando nossa atenção para a ideia mais restrita de que as palavras que não passam no teste de copredicação não seriam polissêmicas, a justificativa para essa escolha seria o fato de que os sentidos destas palavras são relacionados de maneira

²⁷ Sendo um “nominal” uma palavra das seguintes classes: substantivo, adjetivo, numeral, pronome ou artigo.

²⁸ Löhr, 2021, p.6. (tradução minha)

tão pouco natural que é como se as palavras tivessem apenas coincidentemente a mesma grafia e pronúncia. Nesta dissertação formularei as hipóteses de trabalho considerando que a palavra polissêmica irregular é de fato polissêmica e não apenas duas palavras coincidentemente escritas e faladas da mesma forma. Farei isso pois assim estarei considerando a definição mais abrangente; entretanto, no capítulo 4, considerarei o caso de possuímos palavras polissêmicas apenas quando houver polissemia regular.

A partir dessas informações básicas e classificatórias nós podemos nos questionar sobre as relações entre os diferentes sentidos de uma expressão polissêmica. Para tanto, eu gostaria de partir das hipóteses estruturadas por Vicente (2017):

A'. Literalismo: cada termo polissêmico tem um significado literal, denotativo. O restante dos sentidos são gerados com base em regras linguísticas, coerção ou inferências pragmáticas.

B'. Abordagem de subespecificação (significado central/fino): o significado de um termo polissêmico é uma representação subespecificada, abstrata e sumária que engloba e dá acesso a seus diferentes sentidos.

C'. Abordagem de sobre-especificação (rica): o significado de um termo polissêmico inclui todos os seus diferentes sentidos, estes são armazenados em uma única representação. Os sentidos são seleções do significado total da palavra.²⁹

Apresentarei em detalhes cada uma destas 3 hipóteses. Vejamos primeiro a hipótese A': *Literalismo*. As visões literalistas da polissemia assumem a existência de um significado literal. De acordo com Vicente & Falkum (2015), para estas visões, quando entramos em contato com uma palavra polissêmica, primeiramente acessamos um de seus possíveis significados, sendo ele o significado literal. Depois de acessar o significado literal, acessamos os outros significados de acordo com as exigências do contexto. Para os autores, três visões podem ser enquadradas como literalistas: (i) abordagens baseadas em regras; (ii) hipóteses de coerção; e (iii) abordagens lexicais pragmáticas.

²⁹ Vicente, 2017, p.6. (tradução minha)

(i) Abordagens baseadas em regras: Como foi citado, a suposição geral por trás das visões literalistas é a de que o processamento de uma palavra polissêmica se inicia pelo acesso ao sentido literal. Vicente & Falkum (2015) explicam que, de acordo com a abordagem baseada em regras, após acessar o sentido literal da palavra, aplicamos regras que nos levam aos seus outros sentidos. Os autores nos mostram um exemplo de Jackendoff (1992) como uma manifestação desta abordagem³⁰. Vejamos:

‘Caso da estátua’: imagine que estamos assistindo a uma representação dos Beatles em cera no museu Madame Tussauds, e alguém enuncia *Ringo é o Beatle que eu mais gosto*, com a intenção de comunicar que ‘Ringo é a figura de cera que eu mais gosto’. Na análise de Jackendoff, esse uso é possível porque há uma regra linguística que nos diz que ‘qualquer sintagma nominal³¹ pode representar um objeto ou uma representação física desse objeto’. Nesta visão, há um sentido literal, digamos ‘Ringo-o-baterista’, e o outro sentido, ‘a-estátua-de-Ringo’, é obtido através da aplicação de uma regra linguística.³²

Assim, as próprias regras da linguagem nos levam do significado literal para os outros significados das palavras polissêmicas. Esta visão não é incomum em relação à polissemia, pelo menos não em relação à polissemia regular. Vicente & Falkum (2015) afirmam que em muitas abordagens semânticas formais e computacionais tem sido comum analisar a polissemia regular como sendo gerada por um conjunto de regras lexicais.³³ Os autores nos mostram alguns casos típicos de polissemia regular, detalhando as regras específicas sob as quais eles estão sujeitos:

- a. Havia coelho por toda a rodovia.
- b. Steven comeu coelho no jantar.
- c. O modelo usava coelho na passarela.^{34 35}

³⁰ Vicente & Falkum, 2015, p.8.

³¹ *Sintagma nominal* aqui é a minha escolha de tradução para *NP* (inglês: Noun Phrase).

³² Vicente & Falkum, 2015, p.8. (tradução minha)

³³ Vicente & Falkum, 2015, p.8.

³⁴ Vicente & Falkum, 2015, p.8. (tradução minha)

³⁵ O exemplo não soa natural ao ser traduzido, entretanto o importante é a ideia geral do fato de que existem diferentes sentidos que o *nome de um animal* pode ter de acordo com as diferentes maneiras que o animal é apresentado (e.g. vivo/alimento/inteiro/suas partes). Em português podemos pensar no nome ‘peixe’ que usamos naturalmente nos sentidos de *animal vivo*: “vi um peixe no rio.” e *alimento*: “comi peixe no almoço”.

De acordo com eles, nestes exemplos o efeito das regras é: “criar a partir de um substantivo contável que denota um objeto físico um substantivo incontável com propriedades apropriadas para ser uma substância divisível (por exemplo, carne, peles ou coisas em geral)”.³⁶

Um ponto muito interessante que Vicente & Falkum ressaltam é que as regras são vistas como previsões interpretativas baseadas em informações que já armazenamos lexicalmente, portanto, o uso frequente de um termo com um certo sentido faz dele o sentido padrão. De acordo com Vicente & Falkum, os proponentes da abordagem baseada em regras afirmam que regras lexicais são necessárias para explicar a produtividade da polissemia regular e para explicar a disponibilidade de um sentido padrão em contextos não-informativos. O que é uma vantagem para esta abordagem.

Entretanto, alguns pontos negativos podem ser destacados em relação à abordagem baseada em regras. Os autores apontam os seguintes:

- 1) Tais explicações baseadas em regras têm um escopo bastante limitado e são capazes de explicar apenas um pequeno subconjunto da gama de fenômenos que se enquadram no rótulo de polissemia.
- 2) Elas permitem pouca flexibilidade de interpretação e devem apelar para a pragmática sempre que uma interpretação não-padrão for pretendida pelo falante.³⁷

Seguindo a mesma ordem de apresentação que Vicente & Falkum, apresentarei em seguida uma abordagem literalista que visa dar conta de mais fenômenos polissêmicos.

(ii) Hipótese de coerção: Como vimos, a abordagem baseada em regras deixa a desejar na medida em que ela representa uma gama limitada do que pode ser considerado como polissemia. A hipótese de coerção se propõe a lidar melhor com esses casos. Segundo

³⁶ Vicente & Falkum, 2015, p.8. (tradução minha)

³⁷ Vicente & Falkum, 2015, p.9. (tradução minha)

Vicente & Falkum, a coerção também tem como entrada o significado literal, mas se encontrar uma incompatibilidade — apresentarei exemplos abaixo — ela é forçada a compôr com os outros significados da sentença um novo sentido que é então entregue.

Os autores usam Asher (2011) como referência para apresentar uma abordagem de coerção. Um exemplo dado por Asher é o seguinte: “João trouxe uma garrafa. Era boa.”, neste caso, como explica Vicente & Falkum, ‘garrafa’ é coagida pelas restrições de seleção do predicado ‘boa’ e tem seu significado alterado, referindo-se ao conteúdo da garrafa. Os autores apresentam alguns outros casos, para reforçar que uma teoria de coerção deve explicar toda essa diversidade:

1) Um caso onde o material coagido normalmente não está disponível para referência posterior é o “verbo + substantivo para verbo + coerção do evento”, como por exemplo, “Jill iniciou um livro, que durará anos”. Alguns contextos permitem a referência ao evento, como em “John tem medo de começar Guerra e Paz, porque isso levará semanas”.

2) A mesma complexidade pode ser observada para o padrão “refeição como cliente”, onde a referência anafórica prefere claramente a denotação original: “A omelete saiu sem pagar, embora fosse muito boa” é claramente estranha. Mas nem sempre é assim; por exemplo, parece possível dizer “A omelete está gostando” ou “A omelete com presunto e queijo pagou”.³⁸

Estes casos exemplificam bem a diversidade de situações que a coerção precisa ser capaz de explicar. Em particular, Vicente & Falkum ressaltam que a teoria da coerção deve explicar porque a denotação original que sofreu coerção ainda pode ser alcançada via anáfora. Eles explicam que Asher, com estes desafios em mente, apresentou dois sistemas formais TCL (Type Composition Logic) e MTT (Modern Type Theory). Veremos um pouco sobre ambos em seguida, entretanto enfatizo que eles são sistemas bem específicos e complexos. Sendo assim, para nossos objetivos basta termos uma ideia de que a hipótese de coerção pode

³⁸ Vicente & Falkum, 2015, p.9. (tradução minha)

contar com alguns sistemas formais que auxiliam na explicação da coerção dos termos polissêmicos.

Segundo Vicente & Falkum, TCL tem dois níveis de significado, sendo o primeiro os *requisitos de tipo* e o segundo as *denotações*. De acordo com os autores, este sistema trata a coerção como uma mudança de tipo na relação predicada. O MTT, por outro lado, trata os substantivos comuns como tipos e, portanto, permite que tanto o significado original quanto o significado alterado sejam alcançados pela anáfora. Mas Vicente & Falkum defendem que este resultado não é satisfatório, pois como vimos nos exemplos, as denotações geralmente não estão disponíveis para referência anafórica.

Para terminar a apresentação desses dois sistemas, Vicente & Falkum dizem que Asher propõe que podemos ter dois mecanismos de coerção. E eles explicam que o primeiro é a coerção local e o segundo é um mecanismo que transforma as coerções locais. O último, segundo eles, às vezes funciona sem restrições, mas geralmente exige certos ambientes de discurso. Vicente & Falkum apresentam um exemplo dessa exigência: ser situado em uma explicação para que o material coercitivo esteja disponível: “John tem medo de começar Guerra e Paz porque isso vai levar semanas”.³⁹

Para concluir, os autores apontam que um demérito desta abordagem é o fato de que se a coerção realmente acontece, leva tempo: os falantes precisam recuperar o significado literal, detectar uma incompatibilidade e resolver essa incompatibilidade. Isto entra em conflito com a velocidade com que entendemos as sentenças, ainda mais se levarmos em conta toda esta variedade de fenômenos polissêmicos.

(iii) abordagens pragmáticas lexicais: Nas duas hipóteses anteriores vimos tentativas de explicar a polissemia que são bastante restritas às regras da própria linguagem

³⁹ Vicente & Falkum, 2015, p.9. (tradução minha)

ou a informações formais do contexto. Nesta abordagem atual tomaremos um caminho bastante diferente, mas que já antecipamos parcialmente no capítulo sobre o contextualismo.

De acordo com Vicente & Falkum esta abordagem também cumpre a afirmação literalista geral de que palavras polissêmicas ativam o significado literal e depois são usadas como ponto de partida para outros significados. O ponto central desta abordagem, de maneira parecida com a que vimos na seção do contextualismo moderado de Recanati, é que para a teoria pragmática lexical os significados das palavras sofrem *modulação pragmática* no curso da interpretação da fala. Vejamos os seguintes exemplos:

- (5) [Estudante universitário]: Eu não consegui unidades suficientes. (“módulos de crédito”)
- (6) Está fervendo lá fora. (“extremamente quente”)
- (7) O Will é uma raposa. (“astuto, manhoso, desonesto, etc.”)⁴⁰

Os autores afirmam que a ideia principal é que o contexto situacional precisa ser levado em conta para obtenção do significado que o falante pretendia. Em (5) ocorre a especificação do significado do substantivo; em (6) ocorre o livre uso do verbo; e em (7) ocorre a ampliação metafórica. Para esta hipótese, isto não pode ser feito apenas com base no contexto linguístico.

Vejamos agora a hipótese B': *Abordagem de subespecificação (significado central/fino)*. Devemos lembrar que a partir de agora não estamos mais dentro das classificações literalistas, ou seja, tanto a hipótese B' quanto C' não têm como característica supor um significado literal da palavra e partir dele para outros sentidos.

A hipótese B' considera que o significado da palavra é reduzido em relação aos sentidos que ela ganha quando entra em uso. É como se houvesse de fato um significado central e básico do qual, em conjunto com o contexto de enunciação, é derivado os outros sentidos.

⁴⁰ Vicente & Falkum, 2015, p.10. (tradução minha)

Como destacam Vicente e Falkum (2015), esta tese está associada diretamente ao contextualismo pelo fato de as palavras só terem seus sentidos completos quando estão em uso. No capítulo 2 vimos que uma das teses contextualistas é de que há uma subdeterminação das condições de verdade de uma sentença em que o conteúdo semântico não é completo sem certas informações contextuais e, assim, não pode ser julgado como verdadeiro ou falso sem elas. A hipótese B' corrobora em um nível lexical a ideia contextualista a respeito da importância das informações contextuais para completar o significado da sentença não só para indexicais e demonstrativos mas também para diversos nominais que podem ser polissêmicos.

Acredito que a hipótese B' se diferencia pouquíssimo das abordagens literalistas. No fundo, ambas consideram a existência de um significado básico do qual é derivado os outros sentidos da palavra polissêmica. Entretanto, a hipótese B' parece possuir desvantagem em relação às literalistas por I) Não indicar como determinamos o significado básico. Enquanto nas abordagens literalistas nós podemos identificar o significado literal como o mais usado, aqui nós teríamos apenas um esqueleto do significado da palavra que não se sabe muito bem onde começa e termina; II) Demandar uma exacerbada participação do contexto, que se assim for, precisaria acompanhamento de um esclarecimento acerca de como conseguimos fazer o processamento de cada palavra relacionando-a com o contexto para encontrar o sentido pretendido pelo falante da maneira tão rápida quanto fazemos.

Vejamos agora a hipótese C': *Abordagem de sobre-especificação (rica)*. A última hipótese pode ser imaginada como o oposto da hipótese B'. A hipótese C' sugere que as palavras polissêmicas têm um significado bem abrangente, a partir do qual nós selecionamos o sentido que é pedido no momento da comunicação. Retomando o exemplo 1 sobre a palavra 'letra': de acordo com a hipótese C' nós temos armazenado em nossa memória que o significado de 'letra' é a união dos 3 (e mais quantos existirem) sentidos da palavra tanto a

canção escrita, quanto a caligrafia e o componente do alfabeto; quando estamos em uma situação em que a palavra é usada por um falante nós selecionamos qual desses sentidos é o adequado. Em vez de termos um esqueleto do significado lexical que é preenchido com o contexto como em B', em C' nós temos um conceito completo, formado por todos os sentidos que a palavra polissêmica possui compondo o significado lexical e apenas escolhemos qual parte dele será selecionada no contexto.

Vicente e Falkum (2015) fornecem como exemplo de tratamento da polissemia através da hipótese C' a teoria do léxico gerativo de Pustejovsky (1995). Nesta, há a ideia de que a palavra polissêmica possui um significado central e que os sentidos da mesma são partes da estrutura que forma este significado central, sendo o principal ponto o fato de que nem todas as partes deste significado central são ativadas em todos os usos da palavra. Para Pustejovsky, apenas a polissemia lógica/regular é considerada polissemia e isso é explicado pelo fato de que o significado central é composto por todos os sentidos unidos, o que faz com que eles possam ser usados separadamente, usados na mesma sentença, mas não usados na mesma sentença de maneira que fique não natural. Vicente e Falkum (2015) exemplificam essa relação através da palavra 'livro':

- a. O livro está na mesa de centro. ('objeto físico')
- b. João achou o livro interessante. ('informação')
- c. Esse livro da capa linda é muito bom. ('objeto físico' + 'informação')⁴¹

Assim, para a teoria do léxico gerativo de Pustejovsky a palavra polissêmica 'livro' é formada por pelo menos dois sentidos: objeto físico e objeto informacional, os dois sentidos juntos formam o significado da palavra 'livro', eles podem ser usados separadamente como em *a* e *b*, podem ser usados juntos como em *c*, e não causam estranhamento ao participarem desta copredicação por estarem intimamente ligados através do seu armazenamento em conjunto.

⁴¹ Vicente e Falkum, 2015, p.7. (tradução minha)

Vicente (2015) aplica esta teoria para o experimento mental de Travis (2008) sobre as folhas verdes: se uma pessoa pinta folhas de uma árvore de verde e enuncia ‘As folhas são verdes’ para um fotógrafo, consideraríamos que ela teria enunciado uma sentença verdadeira, enquanto que se ela enunciar a mesma sentença para um botânico nós diríamos que ela estaria falando uma sentença falsa. Este é um exemplo clássico usado por contextualistas para exemplificar a subdeterminação semântica: só teremos como chegar às condições de verdade com certas informações robustas do contexto. A partir do desenvolvimento da hipótese C’ Vicente propõe que os dois sentidos de ‘verde’ estão associados a dois aspectos da folha: (i) como ela é essencialmente; (ii) como ela aparece. Seguindo esta linha de raciocínio, Vicente destaca que “quando somos informados de que certo objeto possui uma certa propriedade, sempre é possível perguntar: ele tem essa propriedade no sentido de possuí-la *intrinsecamente* ou apenas a possui no sentido de que a *exibe*?”⁴²

Para os objetivos desta dissertação considero que nós termos em mente a divisão entre polissemia regular/lógica e irregular/acidental unida ao panorama das possíveis relações entre os sentidos de uma palavra polissêmica dado pelas hipóteses A’, B’ e C’ é suficiente para avançarmos nossa discussão sobre as consequências da polissemia no debate entre minimalistas e contextualistas. Com esse mapeamento feito passarei ao capítulo final em que examino detalhadamente as relações entre o minimalismo, o contextualismo e polissemia, e sugiro algumas opções de abordagem dentro desta discussão.

⁴² Vicente e Falkum, 2015, p.8. (tradução minha)

Capítulo 4

Polissemia, Minimalismo Semântico e Contextualismo

O debate que liga o minimalismo semântico e o contextualismo à polissemia é um debate recente e pode ter consequências significativas para a discussão sobre semântica e pragmática. Isto porque existe uma posição apontada por Recanati (2017, 2019) que afirma que a mera existência das palavras polissêmicas já torna o minimalismo uma teoria inviável. Abordarei neste capítulo os motivos pelos quais esta posição de Recanati é equivocada. Para isto terei Löhr (2021) como principal referência, e apresentarei algumas alternativas teóricas que o minimalismo pode adotar para lidar com a polissemia.

Como aponta Löhr (2021), a questão que estamos tratando aqui pode ser complicada, especialmente pelo fato de diferentes autores terem visões diferentes sobre o que conta como polissemia. Para Recanati (2019), por exemplo, a polissemia é um fenômeno generalizado: “Assim que uma expressão entra em uso público, ela se torna polissêmica — quanto mais frequente seu uso, mais polissêmica ela é.”⁴³

Recanati (2019) argumenta que os diferentes sentidos de uma expressão polissêmica resultam de uma modulação pragmática, isto é, segundo ele, um sentido modula o outro. As modulações se tornam convencionalizadas e os sentidos de uma expressão polissêmica são armazenados na memória dos falantes. Ele destaca uma distinção importante entre polissemia e ambiguidade, uma vez que no caso da ambiguidade, as expressões contribuem com conteúdos diferentes em contextos diferentes, a ambiguidade não é um problema nem mesmo para o minimalismo, pois é como se a palavra ambígua fosse duas palavras. Por exemplo:

- 1) Vendo as minhas flores.

⁴³ Recanati 2019, p. 218. (tradução minha)

Em 1, a palavra ‘vendo’ possui o significado associado ao verbo ‘vender’ e o significado que diz respeito à ação de observar. ‘Vendo’ é uma palavra ambígua e não polissêmica porque os dois significados citados não se relacionam, é como se fosse apenas uma coincidência ela ter a mesma grafia e pronúncia nos dois casos. Para o minimalismo, a decisão entre os dois significados nesse caso é feita como se eles pertencessem a duas palavras diferentes, ou seja, acessamos o significado da expressão ambígua da mesma maneira que acessamos os significados lexicais de todas as palavras não-ambíguas.

Uma expressão polissêmica, por outro lado, tem um significado inerente e carrega sentidos diferentes, mas estes sentidos parecem estar relacionados. Para Recanati, o significado de uma expressão polissêmica é uma “rede de sentidos à qual a expressão está convencionalmente associada”.⁴⁴ Então, diferentemente da ambiguidade, parece haver uma proximidade inegável entre os sentidos das palavras polissêmicas. Lembre-se dos exemplos do capítulo anterior com os usos das palavras ‘letra’, ‘almoço’, ‘linha’, ‘coelho’ e ‘livro’. Se é desta forma, o minimalismo não pode usar com estas palavras a saída que usa para as palavras ambíguas na hora da explicação sobre qual é o significado escolhido. Há uma certa sofisticação na maneira como as palavras polissêmicas são acessadas e armazenadas que obriga os minimalistas a repensarem a aparente intrusão contextual no conteúdo semântico: será que precisamos das informações do contexto de uso da sentença para escolhermos qual sentido da palavra polissêmica está sendo usado?

Como reconstrói Löhr (2021), Recanati (2017) argumenta que a polissemia não só é um fenômeno generalizado, mas também fornece apoio empírico para o contextualismo radical. Isto porque, segundo Recanati, “a polissemia mostra que os itens lexicais estão associados tanto aos sentidos convencionalizados quanto aos modulados”.⁴⁵ Os sentidos convencionalizados são aqueles que aceitamos como o sentido mais usado de uma palavra e o

⁴⁴ Recanati, 2019, p. 220. (tradução minha)

⁴⁵ Löhr, 2021, p. 21. (tradução minha)

sentido modulado é aquele que passou por modificação no uso. Para Recanati, a polissemia mostra que todas as palavras têm essas duas dimensões, pois têm um significado e diversos sentidos diferentes que surgem no uso. Assim, de acordo com Recanati, esta é uma visão que não só obriga os minimalistas a repensarem sua teoria como, na verdade, torna o minimalismo inviável já que ele não trabalha a partir de processos de modulação, ou de redes de sentidos convencionalizados, mas trata o significado de um termo como um conceito simples.⁴⁶

Löhr (2021) se opõe ao argumento de Recanati e defende que existem maneiras de o minimalismo lidar com a polissemia e que a polissemia não apoia o contextualismo radical. Em seguida, apresentarei o argumento de Löhr e começaremos a ver que Recanati está equivocado em sua conclusão sobre a inviabilidade do minimalismo dada a existência da polissemia.

Löhr aponta que Recanati (2017) propõe uma visão de sobre-especificação⁴⁷ como hipótese para a relação entre os sentidos e afirma que apenas a visão de rede⁴⁸ explica a relação entre os diferentes sentidos ao mesmo tempo em que permite a modulação. Ou seja, para Recanati o significado da palavra polissêmica é formado pelos vários sentidos que ela possui. Os vários sentidos estão todos unidos e em cada uso da palavra algum deles é ativado.

Antes de apresentar os argumentos do próprio Löhr sugiro uma primeira saída para o minimalismo considerando que a hipótese da sobre-especificação é o caso: como vimos no capítulo anterior, a sobre-especificação pode ser abordada nos termos de Pustejovsky (1995) e essa abordagem considera apenas a polissemia regular/lógica como polissemia. A partir

⁴⁶ Löhr, 2021, p. 21. (tradução minha)

⁴⁷ É útil retomarmos a definição de sobre-especificação do capítulo três: “o significado de um termo polissêmico inclui todos os seus diferentes sentidos, estes são armazenados em uma única representação. Os sentidos são seleções do significado total da palavra.” Vicente (2017), (tradução minha).

⁴⁸ Para o nosso propósito, a visão de rede não precisa ser entendida em detalhes, entretanto é interessante conferir a definição de Löhr (2021), (tradução minha): “o significado lexical armazenado em uma entrada lexical é entendido como uma rede de sentidos codificados (representados por conceitos mentais) e é inspirado em Langacker (1991). Cada sentido pode, pré ou intra-composicionalmente selecionado, sofrer uma modulação pragmática adicional.”

disso introduzo a ideia de que a polissemia regular/lógica pode não ser um grande problema para os minimalistas. Vejamos, a polissemia regular será classificada assim por passar no teste de copredicação: nós não estranhamos o uso de mais de um sentido da palavra na mesma sentença se relacionando com dois predicados diferentes, como no exemplo 2 do capítulo anterior:

2) ‘Almoço’: O almoço estava delicioso, mas demorou uma eternidade.⁴⁹

Na polissemia regular nós conseguimos através de regras da própria estrutura da sentença separar e traçar os caminhos aos diferentes sentidos da expressão. Em 2, não precisamos consultar o contexto para selecionar o sentido de *refeição*, nem o de *evento*, os dois sentidos são selecionados pelo uso dos predicados relacionados a eles. Mesmo que não saibamos informações sobre o contexto de enunciação de 2 conseguimos chegar a seu conteúdo semântico através do significado lexical e das regras de composição da sentença. O conteúdo semântico de 2 seria: [houve concomitantemente um evento demorado e uma refeição deliciosa no tempo passado ao momento da enunciação]. Este conteúdo será o mesmo em qualquer contexto que a sentença for enunciada e é completo a ponto de poder ser passível de ser avaliado como verdadeiro ou falso. Sendo assim, se a sobre-especificação é o caso, como afirma Recanati, podemos ter a saída plausível de Pustejovsky e ela não apresenta problema para o minimalista, já que considera como polissemia apenas os casos de polissemia regular e com estas o minimalismo tem a possibilidade de trabalhar, mesmo sem admitir a modulação no nível lexical.

O meu ponto apresentado acima vai no caminho de supor que a hipótese de sobre-especificação é o caso e que a partir da forma com que Pustejovsky a formula o minimalista consegue lidar com a polissemia. Agora veremos o argumento de Löhr que vai por uma direção mais abrangente e destaca que *não há uma única teoria plausível da*

⁴⁹ Asher, 2011, p.63. (tradução minha)

polissemia. Este é o ponto essencial de Löhr contra Recanati e é um ponto que neste momento da dissertação faz-se evidente devido às diferentes formas de classificar e relacionar os sentidos polissêmicos que vimos no capítulo 3. Além de não ser a única maneira de se tratar o fenômeno da polissemia, a visão de Recanati da sobre-especificação possui vários problemas, como apontado por Löhr, sendo um deles o de que esta abordagem associada à modulação pode até não ser cognitivamente plausível, uma vez que parece precisar de uma quantidade imensa de passos até chegar ao conteúdo condicional à verdade:⁵⁰

Primeiro, o módulo de linguagem precisa selecionar o significado correto. Depois, ele precisa selecionar o sentido correto a partir de uma rede de sentidos, que depois é, pelo menos em muitos casos, modulada a fim de adaptar o sentido ao contexto. Cada passo requer algum raciocínio contextual e pragmático e somente quando o processo de seleção/modulação triplo estiver concluído e o resultado combinado com os outros conteúdos da sentença, o respectivo conteúdo intuitivo e condicional à verdade deixa o processo de composição.⁵¹

Ao passar por todo o processo proposto por Recanati há a hipótese de que nós demoraríamos muito para processar cada palavra e cada sentença. Podemos negar a ideia de que essa demora de processamento seria significativa, por exemplo assumindo que é um processo complexo mas que estamos tão acostumados a fazer que é feito em um piscar de olhos. Se assim for, a proposta de Recanati é coerente com o contextualismo e sua estrutura baseada na modulação, mas de forma alguma os minimalistas são impedidos de trabalhar em seu empreendimento com base em sua teoria do conteúdo semântico mínimo se eles se apoiarem na hipótese de sobre-especificação de Pustejovsky.

Assim, a existência da polissemia só parece favorecer o contextualismo radical e deixar o minimalismo sem saída se ignorarmos as várias outras opções plausíveis de interpretar este fenômeno. Além disso, para que o próprio contextualismo lide com este

⁵⁰ Löhr, 2021, p. 22.

⁵¹ Löhr, 2021, pp.22-23. (tradução minha)

fenômeno na forma como ele o esboça pode ser necessário um modelo cognitivo robusto que não é em si um problema mas acaba trazendo pontos negativos se os autores contextualistas não nos derem boas razões para supor a existência real de tal modelo.

Agora, se o minimalismo não precisa desistir de lidar com a polissemia antes mesmo de tentar, quais outras opções ele tem além da saída pela hipótese da sobre-especificação?

De acordo com Löhr (2021), os minimalistas rejeitam as suposições de que a polissemia é mais bem explicada tanto pela hipótese da sobre-especificação quanto pela de subespecificação. Como vimos acima, a respeito da sobre-especificação, podemos concluir que ela pode ser descartada especialmente por ser associada ao processo de modulação já que este é bastante evitado pelos minimalistas por aumentar — de maneira prejudicial para a explicação do funcionamento da linguagem — a participação contextual no conteúdo semântico. Mas também vimos que ainda assim há saída para os minimalistas. Apresentarei abaixo a análise da subespecificação.

Se a hipótese de subespecificação for o caso, o significado da palavra polissêmica é um significado abstrato que dá acesso aos outros sentidos ao entrar em contato com o contexto de uso, o que cai como uma luva para o contextualismo moderado não baseado em modulação apresentado no capítulo 2 com base na classificação de Bianchi. Isto porque esta forma de contextualismo conta com o contexto de uso para a determinação completa das condições de verdade e a hipótese da subespecificação defende isso em um nível lexical: as palavras só têm seu significado completo em uso. Se a hipótese de subespecificação for o caso ela é perfeita para o contextualismo moderado, já o minimalismo teria grandes dificuldades. A não ser que tratássemos o esqueleto da palavra, proposto pela subdeterminação, como já contendo o essencial para contribuir para o conteúdo semântico da sentença. Mas isso parece descaracterizar a proposta da subdeterminação que sugere um significado bem pouco desenvolvido. Entretanto uma crítica a este ponto pode ser a seguinte:

como é esse esqueleto? Se ele não tem o suficiente para unir todos os sentidos da palavra e é tão primitivo assim, então o que une esses diversos sentidos? Penso que se temos um significado a partir do qual podemos encontrar todos os sentidos aos quais ele pode dar origem, mesmo que precisemos de informações contextuais, este significado tem um mínimo de informação que selecionará todos os possíveis sentidos. Então, esse mínimo de informação — que parece bastante, já que a partir dele encontramos os outros sentidos — já é o suficiente para o conteúdo semântico. Supondo que a subdeterminação é o caso, vejamos o exemplo “O almoço estava delicioso, mas demorou uma eternidade”, a palavra ‘almoço’ pode ter um significado abstrato que só será completado ao ser usado em uma sentença selecionando os sentidos de *evento* e de *refeição*. Mas esse significado abstrato precisa de algo mínimo para que possamos entender a palavra e associá-la aos sentidos de *evento* e *refeição*. A minha proposta é que este significado abstrato não pode ser tão esquelético a ponto de não possuir um significado sem intrusão contextual, pois assim ele não conseguiria capturar os seus sentidos. E se a minha proposta for o caso esse significado é o suficiente para contribuir com o conteúdo semântico do minimalismo. Assim, destaco, como no capítulo 3, que a hipótese de subespecificação no fundo não se diferencia muito das literalistas e possui em relação a elas dois problemas a mais para lidar: 1) diferente das literalistas, não é muito claro qual é o seu significado base do qual os outros são derivados e 2) a intrusão contextual tão ativa no processo de descobrir o sentido usado pelo falante parece que tornaria nossa comunicação mais lenta e menos condizente com a rapidez do nosso processamento. Mas novamente em relação a este ponto de prejuízo no tempo de processamento ressalto que não é o maior dos impeditivos para a hipótese já que este prejuízo a que estamos nos referindo pode ser imperceptível devido à nossa intimidade com a linguagem.

Além da subespecificação e da sobre-especificação, nós temos as hipóteses literalistas. No capítulo anterior vimos três opções que se enquadram como literalistas: (i)

abordagens baseadas em regras; (ii) hipóteses de coerção; e (iii) abordagens pragmáticas-lexicais. Apresentarei detalhadamente a relação da primeira delas com o minimalismo semântico. Como a hipótese de coerção é essencialmente semelhante à baseada em regras, expandirei a discussão apenas desta última. As duas são bastante amigáveis com o minimalismo por partirem de um significado literal e este significado já ser o suficiente para o minimalista desenvolver o conteúdo semântico que ele tem como objetivo. Por fim veremos que as abordagens pragmáticas-lexicais, apesar de serem literalistas, não são opções com as quais o minimalismo pode trabalhar.

Na abordagem baseada em regras, quando encontramos uma palavra polissêmica, primeiro acessamos seu significado literal e depois aplicamos regras da própria linguagem que nos levam aos outros sentidos. Esta visão parece acomodar muito bem a polissemia regular utilizando apenas informações sólidas e já descritas pelo minimalismo. Ela não pressupõe um modelo cognitivo extremamente complexo, faz uso de informações que já temos armazenadas em nosso léxico, acomoda a produtividade da polissemia regular e o fato de que podemos acessar sentidos menos usuais em contextos limitados. Entretanto, a abordagem baseada em regras é passível de duas críticas principais. Analisarei as duas abaixo e darei algumas opções de respostas.

A primeira crítica é que a abordagem baseada em regras explica apenas uma pequena parte do que é considerado polissemia. Pois, como vimos no capítulo 3, a explicação fornecida por esta abordagem engloba apenas a polissemia regular. Neste ponto, concordo que a abordagem baseada em regras não responde todos os supostos casos, mas argumento que nem todos os fenômenos que são chamados de polissemia são, de fato, polissemia. Entendo a linha tênue entre a polissemia regular e o fato das palavras naturalmente expressarem diversos sentidos, mas a generalização da polissemia cria uma zona nebulosa sobre o significado lexical confundindo o significado literal com as derivações que dele

fazemos. A minha defesa é que do significado literal são derivados os outros, sendo o significado literal o mais usado naquela comunidade para aquela palavra, e a partir de regras da própria linguagem nós entendemos os sentidos da palavra polissêmica regular no enunciado. Se existem outros usos concomitantes de sentidos usados nos causam estranhamento isso se deve ao fato de a palavra com mais de um sentido não ser tão intimamente relacionada assim, podendo ser tratada como tratamos a ambiguidade nesta discussão. Um segundo ponto sobre a generalização da polissemia proposta por Recanati é o argumento de Löhr que se volta novamente para a rapidez da nossa comunicação no dia a dia. Se a polissemia fosse um fenômeno generalizado não teríamos a agilidade comunicacional que temos.

A segunda crítica é que a abordagem baseada em regras permite pouca flexibilidade de interpretação. Como vimos na seção sobre polissemia, segundo esta crítica parece ser preciso apelar para a pragmática sempre que o falante pretende uma interpretação que não seja a comum. O meu ponto aqui é concordar com a ideia da crítica, mas afirmar que isto não é um problema se nós entendermos que sempre teremos o significado literal como base e que a partir dele podemos chegar às outras interpretações. Então, se nós precisarmos de interpretações incomuns, isso será percebido pela união com o restante da sentença e as regras da linguagem.

Desta forma, vejo a abordagem baseada em regras como bastante promissora para interpretar o fenômeno da polissemia e para ser utilizada pelo minimalismo, mas apenas se entendermos a polissemia como algo não generalizado. Se admitirmos casos de polissemia irregular/acidental, realmente a abordagem baseada em regras é extremamente limitada, mas neste caso podemos recorrer à hipótese de coerção que segue os mesmos princípios de caminhar apenas por regras da linguagem e é mais abrangente do que a baseada em regras.

Por fim, destaco que as abordagens pragmáticas-lexicais não parecem as mais adequadas para o minimalismo, mas são muito interessantes para os contextualistas moderados que trabalham com a modulação, pois nestas abordagens também partimos de um significado literal, mas ele é modulado no contexto de uso.

Outra saída que pode ser desenvolvida para o minimalismo lidar com esse problema lexical que é a polissemia, tanto se quisermos tratar outras palavras como polissêmicas além das regulares, quanto se quisermos continuar no quadro aqui proposto, seria pensarmos em uma mudança nas próprias características do minimalismo. A minha sugestão é que a exigência de não aceitar a intenção dos falantes para a escolha dos elementos do conteúdo semântico seja flexibilizada. Seria uma flexibilização bastante restrita, o que não descaracterizaria o minimalismo nem expandiria de maneira indeterminada a presença das informações contextuais e ao mesmo tempo acrescentaria à teoria uma maneira de lidar com palavras polissêmicas caso admitisse a existência dos outros casos de polissemia. Este parece um caminho interessante a se seguir visto que nos comportamos de maneira bastante previsível em diversas situações sociais, seguimos normas explícitas e implícitas — mas conhecidas pela maioria — o que torna nossa leitura de intenções relativamente aguçada, a partir disso acredito que as intenções não são um campo tão imprevisível como relatado por Borg. Assim, se parte das intenções for descrita de maneira padronizada, o que parece possível dadas nossas situações de comunicação, parece não haver motivo para não aceitar regras que nos levam a elas no conteúdo semântico. A ideia seria de uma tentativa de ter regras para alguns tipos de intenções como temos para indexicais. Talvez esta sugestão a respeito das intenções não seja uma ideia viável. Ela é apenas um exemplo esquemático de uma maneira pela qual poderíamos pensar o acolhimento de palavras polissêmicas mudando características do minimalismo.

Espero ter conseguido expor que a polissemia é um fenômeno da linguagem que os minimalistas podem acolher. Eles podem fazer isso, principalmente, trabalhando com algumas hipóteses acerca da relação entre os sentidos das palavras polissêmicas. E, talvez, eles possam acolher a polissemia flexibilizando algumas de suas exigências, como a que restringe radicalmente a consulta às intenções do falante.

Conclusão

Nesta dissertação, explorei questões acerca do conteúdo semântico de uma sentença. Em especial, trabalhei no possível problema que a polissemia poderia impor a uma das posições teóricas que se dedicam a este debate: o minimalismo.

No primeiro capítulo, apresentei o minimalismo semântico. Iniciei pela obra *Insensitive Semantics*, de Cappelen & Lepore, destacando os conceitos de conteúdo semântico e conteúdo dos atos de fala. Eles foram os primeiros autores a esquematizar o minimalismo semântico e talvez por isso deixaram algumas definições vagas e sujeitas a interpretações inadequadas. Por isso, dei preferência ao minimalismo desenvolvido por Borg. Apresentei as características do conteúdo mínimo elencadas por Borg. Descrevi uma das principais críticas que podem ser feitas ao minimalismo: o conteúdo semântico ser mínimo demais. Apresentei alguns papéis teóricos do conteúdo mínimo que são sugeridos por Borg. Destaquei as noções de responsabilidade linguística estrita e conversacional com o intuito de mostrar a relevância do minimalismo dentro da discussão.

No segundo capítulo, vimos o contextualismo e suas divisões com base em Recanati e Bianchi. Sendo a divisão de Recanati, entre contextualismo moderado e radical, baseada no conceito de modulação. Já a classificação de Bianchi incluía uma explicação dos tipos de contextualismos que não recorrem à modulação e incluía uma terceira vertente: contextualismo não-indexical. Ao finalizar, tracei uma crítica a este tipo de contextualismo explicando como ele parece estar lidando com questões paralelas que não são as do debate principal entre minimalismo e contextualismo.

No terceiro capítulo, introduzi a discussão sobre polissemia. Vimos uma maneira de classificar suas ocorrências: polissemia regular e irregular. E vimos, em detalhes, as hipóteses sobre as relações entre os sentidos de uma palavra polissêmica: (i) subespecificação: “o significado de um termo polissêmico é uma representação subespecificada, abstrata e sumária

que engloba e dá acesso a seus diferentes sentidos”⁵²; (ii) sobre-especificação: “o significado de um termo polissêmico inclui todos os seus diferentes sentidos, estes são armazenados em uma única representação. Os sentidos são seleções do significado total da palavra.”⁵³; e (iii) literalismo: “cada termo polissêmico tem um significado literal, denotativo. O restante dos sentidos são gerados com base em regras linguísticas, coerção ou inferências pragmáticas”⁵⁴. Um destaque foi dado por mim ao literalismo e às três visões que podem ser enquadradas como literalistas: abordagens baseadas em regras, hipóteses de coerção, e abordagens lexicais pragmáticas.

Após essas exposições passei a analisar como minimalismo e contextualismo podem acomodar as palavras polissêmicas. Para Recanati (2017), o significado da palavra polissêmica é formado pelos vários sentidos que ela possui. Os vários sentidos estão todos unidos e em cada uso da palavra algum deles é ativado. Vimos que esta maneira pode ser encarada como a hipótese de sobre-especificação. Argumentei que, mesmo se esta hipótese for o caso, os minimalistas têm uma saída através da teoria de Pustejovsky. Para completar, expliquei o argumento de Löhr (2021) que reforça ainda mais o equívoco de Recanati. O principal do argumento pode ser resumido como: *não há uma única teoria plausível da polissemia*.

Formulei alguns caminhos pelos quais o minimalismo pode acomodar bem as palavras polissêmicas a partir das hipóteses que descrevem como os diferentes sentidos das palavras polissêmicas se relacionam. E, mais discretamente, sugeri que podemos no futuro tentar mudanças cuidadosas nas características do minimalismo. Em específico, tentar a flexibilização da ideia de que não podemos consultar a intenção dos falantes para encontrar o valor de verdade de um enunciado. Apresentei a linha argumentativa de Löhr (2021) sobre o problema da polissemia tornar o minimalismo uma teoria inviável e desenvolvi alguns

⁵² Vicente, 2017, p.6. (tradução minha)

⁵³ Vicente, 2017, p.6. (tradução minha)

⁵⁴ Vicente, 2017, p.6. (tradução minha)

argumentos complementares. Assim, foi possível defender a ideia de que a polissemia (i) não é um fenômeno que favorece o contextualismo e (ii) não torna o minimalismo inviável. Ambos, contextualismo e minimalismo, conseguem acomodar esse fenômeno em suas teorias. A diferença está no que é classificado como polissemia e em qual hipótese sobre as relações entre os sentidos é tomada como o caso.

A literatura sobre polissemia é repleta de divergências internas: não há consenso sobre quais são os tipos de polissemia; e não há consenso sobre qual hipótese acerca das relações entre os sentidos da palavra polissêmica é a mais semelhante ao nosso processamento lexical. Apesar disso, foi possível investigar quais caminhos podem ser percorridos pelo contextualismo e pelo minimalismo a partir das hipóteses e definições que foram desenvolvidas por filósofos e linguistas até aqui.

Bibliografia

Bibliografia primária

AITCHISON, J. Words in the Mind: An Introduction to the Mental Lexicon. Cambridge: Blackwell, 1987.

ASHER, N. Lexical meaning in context: A web of words. Cambridge University Press, 2011.

BORG, E. Minimal Semantics. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BORG, E. “Meaning and context: a survey of a contemporary debate”. In Daniel Whiting (ed.), The Later Wittgenstein on Language. Palgrave Macmillan, 2010.

BORG, E. Pursuing Meaning. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BORG, E. “Explanatory Roles for Minimal Content”. Wiley Periodicals, NOUS, 2017.

BORG, E. “Explanatory roles for minimal content”. Noûs, 53(3), 513-539, 2019.

CAPPELEN, H. e LEPORE, E. Insensitive Semantics: A Defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism. Oxford: Blackwell, 2005.

CARSTON, R. Thoughts and Utterances: The Pragmatics of Explicit Communication. Oxford: Blackwell, 2002.

FALKUM, I. e VICENTE, A. “Polysemy: Current perspectives and approaches”. Língua, 157: 1-16, 2015.

FERNANDEZ, E.; CAIRNS, H. Fundamentals of Psycholinguistics. Blackwell, 2010.

FRANÇA, A.; LEMLE, M.; MAIA, M. “Efeito stroop e rastreamento ocular no processamento de palavras”. Ciências & Cognição Vol 12: 02-17, 2007.

FRANÇA, A.; MEDEIROS, J.; WEISSHEIMER, J.; RIBEIRO, S. “Acesso Lexical: Uma Rota Dupla para o Português Brasileiro”. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 278-292, jul./set. 2014.

JACKENDOFF, R. "Mme. Tussaud meets the binding theory". *Nat. Lang. Ling. Theory* 10, 1-31, 1992.

LÖHR, G. "Does polysemy support radical contextualism? On the relation between minimalism, contextualism and polysemy". *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, 2021.

PIETROSKI, P. "Meaning before truth". In Gerhard Preyer & Georg Peter (eds.), *Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning, and Truth*. Oxford University Press, 2005.

RECANATI, F. *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RECANATI, F. "Contextualism and polysemy". *Dialectica*, 71(3), 379-397, 2017.

RECANATI, F. "Why Polysemy Supports Radical Contextualism" in G. Bella and P. Bouquet (Eds.): *Context 2019*, LNAI 11939, 216–222., 2019.

VICENTE, A. "The green leaves and the expert: polysemy and truth-conditional variability". *Língua*, 157, 54-65, 2015.

VICENTE, A. "Polysemy and word meaning: an account of lexical meaning for different kinds of content words", *Philosophical Studies*, 175 (4), 947-968, 2018.

Bibliografia secundária

AUSTIN, J. *How To Do Things With Words*. Cambridge, Harvard University Press, 1962.

BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

BORG, E. "Minimalism versus contextualism in semantics". In G. Preyer & G. Peter (eds), *Context Sensitivity and Semantic Minimalism: Essays on Semantics and Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 546–7, 2007.

- BORG, E. “Must a Semantic Minimalist be a Semantic Externalist?”. In *Proceedings of the Aristotelian Society Supplementary*. Volume lxxxiii, 2009.
- BORG, E. “On three theories of implicature: default theory, relevance and minimalism”. *The International Review of Pragmatics* 1: 1–21, 2009.
- CARSTON, R. “Word meaning and concept expressed”. *The Linguistic Review*, 29, 607–623, 2012.
- CHOMSKY, N. *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- FREGE, G. “Sobre o sentido e a referência”. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 129-158, 1892.
- GARCIA, D. “Processamento de Palavras”. *Psicolinguística, psicolinguísticas*. São Paulo: Editora Contexto, 58-70, 2015.
- GENDLER, Z. *Semantics versus Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HANFLING, O. *Philosophy and Ordinary Language: The Bent and Genius of Our Tongue*. London: Routledge, 2000.
- KAPLAN, D. “Dthat” em Peter Cole (ed.), *Syntax and Semantics*. Academic Press, 221-243, 1978.
- LYCAN, W. *The Philosophy of Language: A Contemporary Introduction*. New York: Routledge, 1999.
- PERINI, E. “Contextualismo”, *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Campo Grande, 2014.
- SEARLE, J. “What is a Speech Act”. *Philosophy in America*. London, Allen and Unwin, 221-239, 1965.
- SEARLE, J. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. New York, Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, J. "Speech Acts and Recent Linguistics". *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge, Cambridge University Press, 162- 179, 1979.

SEARLE, J. "How Performatives Work". *Linguistics and Philosophy* 12, 535- 558, 1989.

STANLEY, J.; GENDLER, Z. "On Quantifier Domain Restriction." *Mind and Language* 15, 219-261, 2000.

TRAVIS, C. "Pragmatics." em B. Hale and C. Wright, (ed.), *A Companion to the Philosophy of Language*. London: Routledge, 87-107, 1999.

VICENTE, A. "Clusters: On the Structure of Lexical Concepts". *Dialectica*, 64(1), 79–106, 2010.

VICENTE, A. "On Travis Cases", *Linguistics and Philosophy* 35 (1):3-19, 2012.

VICENTE, A.; MANRIQUE, F. "On the psychological reality of the minimal proposition", *Utterance Interpretations and Cognitive Models*: 1-25. Kissine & De Brabanter, eds. CRiSPI, Volume 20, Emerald Publishers, 2009.

VICENTE, A.; MANRIQUE, F. "Lexical Concepts: From Contextualism to Decompositionalism", in *Meaning and Context*. Rast, E. & Baptista, L. Eds. Peter Lang, Frankfurt am Main, 2010.

VICENTE, A.; MANRIQUE, F. "On Relevance Theory's Atomistic Commitments", *Explicit Communication: Essays on Robyn Carston's Pragmatics*. 42-58. Soria & Romero, eds. Palgrave Studies in Pragmatics, Language and Cognition. London, 2010.

VICENTE, A.; MANRIQUE, F. "Semantic Minimalism". *Oxford Bibliographies online* (5000 words). D. Pritchard, ed. Oxford University Press, 2010.